

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL**

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROMIER DA PAIXÃO SOUSA

**GRANJA MARATHON: A LUTA PELA TERRA E A ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO EM UM ASSENTAMENTO RURAL NO NORDESTE DO PARÁ**

Belém
Junho 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL**

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROMIER DA PAIXÃO SOUSA

**GRANJA MARATHON: A LUTA PELA TERRA E A ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO EM UM ASSENTAMENTO RURAL NO NORDESTE DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Belém

Junho 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL**
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROMIER DA PAIXÃO SOUSA

**GRANJA MARATHON: A LUTA PELA TERRA E A ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO EM UM ASSENTAMENTO RURAL NO NORDESTE DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra

Data da defesa : 28/06/2002

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (orientador)

Profa. Dra. Maria de Nazaré Angelo-Menezes (examinadora da casa)

Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão (examinadora externa)

Profa. Dra. Maria de Fátima Carneiro Conceição (examinadora suplente)

Belém

Junho 2002

Para meus avós “Pai Tonho”, “Mãe Júlia”, “Manoel Monteiro” e “Dona Joaquina”, Em Memória destes, camponeses que labutaram a terra até o fim de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Quando conclui este trabalho, percebi a importância das instituições e pessoas que contribuíram para que tal fato fosse possível. Neste sentido, esta dissertação de mestrado, não é um trabalho individual, e sim o esforço coletivo de várias pessoas que direta e indiretamente me ajudaram a elaborá-la. Desta forma, deixo aqui meus sinceros agradecimentos:

A todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais por sua luta, em especial aos assentados do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, pelo acolhimento e paciência em responder as perguntas que lhes fiz durante minha estadia na comunidade;

Ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará, pelo apoio e contribuição na construção da história passada naquele município. Aos sindicalistas João Carlos, Riba, Valneide, Agenor e todos os outros que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade socialista;

Às lideranças do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, pela hospitalidade e boa vontade durante o período da pesquisa de campo, em especial aos Srs. Nonato, Jorge, Adnaldo, Daniel, Rudinei, Cristiano, Roberto, Rivaldo e Brito.

Aos professores do curso de mestrado, que contribuíram para uma formação mais crítica a respeito das Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável: Christophe Albaladejo, Jane Felipe Beltrão, Delma Pessanha Neves, Sérgio Martins, Antônio Cardoso, Maria de Nazaré Angelo-Menezes, Ima Célia, Tatiana Sá, Socorro Kato, Alfredo Homma, Iran Veiga, Manoel Moacir Costa Macedo, Orlando Nobre Bezerra de Souza, Aquiles Simões, Samuel Sá, e em especial ao Prof. Gutemberg Armando Diniz Guerra, por sua orientação, paciência e profunda compreensão para comigo.

Aos meus colegas de curso, que a partir de muitas discussões acaloradas, construímos uma convivência : Rosana, Mauro, Manuel, Marluce, Nazaré, Cláudia, Lucinaldo, Carmem, Douglas, Eliane, Ribamar, Regina e Raimundinho.

Aos companheiros do IAAM: Arquimedes, Rosa, Márcio, Hilaires, Rosiane, Ivaldo, Lélia, Fernando e Flávia, em especial ao amigo Acácio, pela ajuda no trabalho de campo.

A UFPA, especialmente ao Centro Agropecuário (CAP) e ao Núcleo de Estudos sobre Agriculturas Familiares (NEAF), que apesar de todos os cortes de recursos realizados pelo governo Federal, apoiou-me logisticamente na realização deste trabalho;

A CAPES, pelo apoio com uma bolsa de "Demanda Social", sem a qual não teria conseguido concluir o curso;

Aos servidores das Instituições Federais, UFPA, FCAP, EMBRAPA, IBGE, INCRA, especialmente aos bibliotecários (as);

Ao Sr. Carlos Romano Ramos, Geólogo do Laboratório de Análise Especial do NAEA, pelo apoio na confecção dos mapas a partir de imagens de Satélite;

A minha prima Pedagoga Júlia por ter me ajudado a diminuir os erros gramaticais deste trabalho;

A Universidade da Amazônia pelo apoio logístico.

A Francisco e Auzia Costa pelo apoio e acolhida em sua casa. .

A meus pais José Antônio de Sousa e Esmeraldina da Paixão Sousa, minhas irmãs Roberta e Rosier pelo amor e apoio.

E finalmente, à minha companheira Auzy Cleyce e ao nosso filho Ramon Sousa, pelo companheirismo nas horas oportunas e paciência durante minhas ausências.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTOS	
LISTA DE FIGURAS.....	i
LISTA DE QUADROS.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iv
ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	v
SUMÁRIO.....	vii
RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I – A BUSCA POR UMA ELABORAÇÃO TEÓRICA.....	15
CAPÍTULO I – Campesinato e Agricultura Familiar.....	16
1.1- Conceções sobre o campesinato na literatura clássica.....	16
1.2- Agricultura familiar e campesinato na Amazônia.....	18
CAPÍTULO II – Organização do trabalho no campo: a construção de um conceito teórico.....	21
2.1- A construção dos vínculos das relações locais.....	21
2.2- O conceito de organização do trabalho.....	23
PARTE II – REFORMA AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA.....	27
CAPÍTULO III – Reforma e os movimentos sociais.....	28
3.1- A Reforma Agrária pós-regime militar no Brasil.....	28
3.2- A reorganização dos movimentos sociais no campo.....	32
CAPÍTULO IV – Os assentamentos rurais: um conceito dinâmico.....	37
4.1- A organização social e a união político-econômica.....	37
4.2- O Nordeste Paraense e os assentamentos rurais.....	40
CAPÍTULO V – A luta pela terra em São Francisco do Pará.....	46

5.1-	História de ocupação da terra.....	46
5.2-	A organização sindical e a luta pela terra na Empresa Paracrevea.....	49

PARTE III – TERRA E TRABALHO NO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO.....56

CAPÍTULO VI – Organização do trabalho: os vínculos dos grupos locais.....57

6.1-	As famílias assentadas e sua conformação social.....	57
6.2-	As organizações formais e o jogo do produzir coletivo.....	68

CAPÍTULO VII – Os sistemas de produção e sua organização espacial.....76

7.1-	Evolução dos sistemas de produção na Bragantina.....	76
7.2-	O <i>centro</i> : local de trabalho.....	78
7.3-	Os sistemas de produção no Luiz Lopes Sobrinho.....	80
	7.3.1- A roça: produção para o auto-consumo da família.....	80
	7.3.2- Seringal: herança da Paracrevea.....	91
	7.3.3- Horticultura: mudança no sistema de produção do assentamento.....	94
	7.3.4- Culturas perenes: a consolidação da posse da terra.....	96
	7.3.5- Extrativismo: apropriando-se da natureza.....	100
	7.3.6- Atividades anexas: a complementação da renda.....	101
7.4-	A comercialização da produção.....	105

CONCLUSÃO.....109

BIBLIOGRAFIA.....112

ANEXOS

Anexo 1 – Foto do Sr. Luiz Lopes Sobrinho em Campanha Salarial em 1987, São Francisco do Pará.

Anexo 2 – Decreto de desapropriação da fazenda Marathon

Anexo 3 – Portaria de desapropriação da fazenda São Francisco

Anexo 4 – Portaria de desapropriação da fazenda Santana

Anexo 5 – Decreto de criação do projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Cena LANDSAT 7, Município de São Francisco do Pará.....	11/12
FIGURA 02 - Cena do LANDSAT, Município de São Francisco do Pará.....	11/12
FIGURA 03 - Localização do Assentamento Luíz Lopes Sobrinho no Município de São Francisco do Pará.....	11/12
FIGURA 04 - Trabalhadores na PA-242, Km 30, em Campanha Salarial no ano 1987.....	51
FIGURA 05 - Sindicalistas e trabalhadores da Paracrevea, em Campanha Salarial em 1987 em frente à prefeitura de São Francisco do Pará (Galvão - STRSFP, em cima da bicicleta)...	51
FIGURA 06 - Local de nascimento dos agricultores do Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	57
FIGURA 07 - Local de nascimento das companheiras dos agricultores do Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	58
FIGURA 08 -Relação entre homens e mulheres residentes no Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	60
FIGURA 09 - Relação de homens e mulheres com diferentes idades no Assentamento.....	61
FIGURA 10 - Índice de alfabetização no Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	62
FIGURA 11 - Agricultor reformando sua casa na Vila Marathon.....	63
FIGURA 12 - Participação nas organizações sociais no Assentamento.....	65
FIGURA 13 - Utilização de cerca no plantio de caju próximo a vila Modelo.....	67
FIGURA 14 - Trator comprado com recurso do Fundo Canadá pelo STRSFP.....	69
FIGURA 15 - Mapa do Assentamento Luíz Lopes Sobrinho dividido em "áreas" de 25 ha	78/79
FIGURA 16 - Casa de centro no Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	79
FIGURA 17 - Casa de centro com parede de barro no Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	79

FIGURA 18 - Área queimada para plantio de roça no Assentamento Luíz Lopes Sobrinho.....	84
FIGURA 19- Transporte de lenha para fabricação de farinha de uma área queimada.....	84
FIGURA 20 - Plantio de mandioca em uma roça de verão realizada por uma agricultora e seu neto.....	85
FIGURA 21- Organização do plantio da cultura do feijão realizado pela COOLIVRE, 2001.....	90/91
FIGURA 22 - Seringal consorciado com açazeiro no Assentamento Luíz Lopes Sobrinho...93	
FIGURA 23- Agricultor colhendo pimenta doce em área de horta no assentamento.....	95
FIGURA 24- Colheita de pimenta do reino realizada pelo grupo familiar.....	100
FIGURA 25- Agricultor torrando farinha no assentamento.....	102
FIGURA 26- Mulheres descascando mandioca para ser triturada.....	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Demonstração dos principais movimentos sociais de luta pela terra no Brasil a partir da década de 1970.....	36
QUADRO 02 –Presidentes do STR de São Francisco do Pará e suas principais características de atuação.....	55
QUADRO 03 – Tipos de roça e forma de preparo de área no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.....	81
QUADRO 04 - Principais variedades de mandioca encontradas no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.....	86
QUADRO 05 - Itinerário técnico, ferramentas, mão-de-obra e período da roça de inverno no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.....	87
QUADRO 06 - Itinerário técnico, ferramentas, mão-de-obra e período da roça de verão mecanizada no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.....	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Leitura da cena LANDSAT 7, do Município de São Francisco do Pará no ano de 1984 e 2000 (imagem classificada não-supervisionada).....	10
TABELA 02 – Propriedades que deram origem ao Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, São Francisco do Pará.....	12
TABELA 03- Localização dos Projetos de Assentamentos na Meso-região do Nordeste Paraense até 2000.....	45
TABELA 04 – Categorias de sócios do STR de São Francisco do Pará.....	53
TABELA 05 – Número de sócios do STR de São Francisco do Pará por comunidades.....	54
TABELA 06- Número de famílias por vila no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho - São Francisco do Pará.....	59
TABELA 07- Organizações formais dos agricultores do Assentamento Luis Lopes Sobrinho.....	68
TABELA 08 - Tipologia dos sistemas de produção encontrados no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.....	80
TABELA 09- Culturas plantadas de forma mecanizada no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho no ano agrícola 98/99.....	89
TABELA 10- Produção de feijão por entidade no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.....	90

ABREVIATURAS UTILIZADAS

APRUCOM – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Modelo

APRUMO – Associação dos Produtores Rurais Unidos da Vila Modelo

BCN – Banco de Crédito Nacional

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

COOLIVRE – Cooperativa Livre União de São Francisco do Pará

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOU – Diário Oficial da União

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EFB – Estrada de Ferro de Bragança

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará

FANEP – Fundação Sócio - Ambiental do Nordeste Paraense

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Pará e Amapá

FNO – Fundo Constitucional do Norte

IAAM – Instituto Agroecológico da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAARA – Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MAFDS – Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEBE – Programa de Bolsas de Estudos

POEMAR – Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável

PRNA – Plano Nacional de Reforma Agrária

SPR – Sindicato dos Produtores Rurais

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STRSFP - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TDA – Título da Dívida Agrária

UFPA – Universidade Federal do Pará

RESUMO

O tema da Reforma Agrária sempre esteve presente de uma forma mais ou menos intensa nas discussões acadêmicas desde os anos 20. A partir da abertura democrática, ocorrida em 1985, intensificou-se a luta pela terra no Brasil, através das ocupações, como forma de pressão ao Estado, visando a desapropriação das referidas áreas. O estudo dos assentamentos rurais intensificou-se a partir da década de 90, com a elevação do número de trabalhadores assentados, conformando um verdadeiro "microcosmo social". Este trabalho buscou estudar a organização do trabalho da terra realizada por agricultores familiares em um assentamento rural no Município de São Francisco do Pará no Nordeste Paraense, entendendo esta organização como um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção, para a realização das atividades agropecuárias de determinados grupos locais. A complexidade das formas de organização remetem a sistemas de produção diversificados e pautados nas relações sociais, econômicas e simbólicas que se constroem nos grupos locais. Estas relações podem determinar a forma de reprodução dos diversos grupos familiares envolvidos nestas localidades.

PALAVRAS CHAVES: Reforma Agrária; Assentamentos; Agricultura Familiar; Luta pela terra; Organização da produção; Sistemas de produção.

ABSTRACT

The Agrarian Reform theme has always been present in a way or the other in some intense discussions on the academic level, since the 20's. With the democratic opening of 1985, the fight over the possession of land became tough and through occupation the pressure was on the state to desappropriate the mentioned areas. The study of the rural settlements became more intense from the decade of 90, with the increase of labourers settled down, it was formed a real social "microcosmo". This work looks into the organization on land work by familiar farmers on one of the rural settlements in "São Francisco do Pará" municipality, northeast of Pará. Their organization works with a process that associates man-power and/or capital when organizing production, for some local groups on their agronomy activities. The organization complex ways are based on diversified production systems and guided by social, economic and symbolic relationships that are built on local groups. These relationships might establish the way of reproduction of the different familiar groups involved on these locations.

KEY WORDS: Agrarian Reform; Settlements; Familiar Agriculture; Fight over the land; Production organization; Production systems.

INTRODUÇÃO

A organização do trabalho em assentamentos rurais no Brasil obedece a lógicas específicas que se adapta às condições históricas e ambientais de onde se localizam. Entende-se para efeito desta reflexão, que a organização do trabalho é um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção para a realização das atividades agropecuárias dos grupos domésticos ou coletivos. Não é concebida sem a percepção das relações sociais existentes entre estes grupos, que antecedem esta organização ou são partes fundamentais desta.

O estudo científico em áreas de assentamentos rurais intensificou-se a partir do início da década de 90, quando se buscou compreender desde as relações sociais existentes entre as famílias reagrupadas, até a viabilidade econômica dessas localidades, pelo fato da maioria ter sido formada a partir de conquistas dos movimentos sociais envolvidos como atores da luta pela terra no país.

De acordo com MDA/INCRA (2001), de 1970-1984, foram assentadas 166.189 (cento e sessenta e seis mil, cento e oitenta e nove) famílias, grande parte deste montante em projetos de colonização dirigida pelo governo federal, que objetivava diminuir as tensões sociais, deslocando os trabalhadores rurais para áreas não ocupadas, especialmente na Amazônia. Este processo também ficou conhecido como a “Contra-reforma agrária” durante o Regime Militar (Martins, 1986). De 1985-1994 foram assentadas, 150.138 (cento e cinquenta mil, cento e trinta e oito) famílias e de 1995-1999 foram assentadas 373.220 (trezentos e setenta e três mil, duzentos e vinte) famílias no Brasil. Estes dois últimos períodos foram marcados pela reorganização dos movimentos sociais no campo e sua territorialização nacional, culminando em um aumento do número de assentamentos rurais no país. No Pará de 1964 a 2000 foram assentadas 98.805 (noventa e oito mil, oitocentos e oito) famílias em uma área de 6.214.303,42 ha (Treccani, 2001, p.443).

Para Guanziroli & Cardin (2000), a elevação do número de agricultores assentados foi um dos fatores que realimentaram a discussão sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro. No entanto, Medeiros (2002, p.01) ressalta que “o tema da reforma agrária está presente no debate político nacional, de maneira mais ou menos intensa, pelo menos desde a década de 20, assumindo formas e significados diferenciados”.

Compreender a organização do trabalho imbricada num contexto de agricultura com caráter familiar em uma área de assentamento rural, levando-se em consideração suas relações sociais e econômicas, e como estas estão interligadas ao ambiente, é o principal objetivo deste trabalho.

Para Ferrante (1992, p.106), “há um sentimento de aventura” em pesquisar assentamentos rurais. Constituem um fato social em andamento, portanto em aberto, tangenciando diversas áreas do conhecimento, por sua inegável polissemia (Pessoa, 1999).

Pessoa (1999, p.25), destaca a necessidade de utilizar “várias iluminações teóricas”, devido os assentamentos rurais serem dinâmicos, sendo difícil analisarmos a partir de um “modelo teórico unívoco”. Desta forma, pretende-se buscar elementos teóricos da socioantropologia do cotidiano¹, sendo o cotidiano entendido numa perspectiva histórica e não numa perspectiva “local de porções minúsculas do existir humano” (Pessoa, 1999, p.26).

Para Vieira “o estudo do cotidiano tem sido tão ou mais elucidativo das relações sociais de um sistema do que a análise dos grandes projetos econômicos, políticos e sociais propostos para uma nação, um movimento, uma classe etc...” (1991, p.19).

Vieira ressalta que “incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder, às vezes, do próprio processo produtivo” (1991, p.19).

Para Carvalho (1999), a complexidade das formas de organização decorre da própria história de trabalho vivenciada pelas famílias de agricultores, e varia em função da

¹ Ver Pessoa (1997).

sociabilidade construída entre os assentados, podendo ter laços mais estreitos, assim como pouca afinidade entre as mesmas, o que dificulta as relações sociais em construção.

O assentamento utilizado como base empírica para este estudo, situa-se no Município de São Francisco do Pará, pertencente a Mesorregião do Nordeste Paraense² e à Microrregião Bragantina. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 01° 10'03''S e 47° 47'45''W Gr. Limita-se: ao Norte com o Município de Curuçá e Marapanim; a Leste com Igarapé-Açu; ao Sul e a Oeste com Castanhal (IDESP, 1996).

As origens do Município remontam ao povoamento do Quilômetro-95 da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), lugar que, à época, também era conhecido como Vila de São Francisco e/ou Montenegro. Segundo a crônica dos antigos habitantes do local, foi o lavrador José Mariano da Silva o primeiro morador da área (IDESP, 1996).

A Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, criou o Município autônomo de Anhangá³, com território desmembrado de Castanhal. Em 1961, houve a substituição do nome de Anhangá pelo topônimo São Francisco do Pará, mediante a Lei nº 2460, de 29 de dezembro.

São Francisco do Pará não é subdividido por bairros como a maioria dos municípios paraenses, mas por quilômetros ou travessas, entre estes, os quilômetros 92, 94, 96 e 98 e as travessas do Laranjal e do Cipoal, são os principais. Na margem da estrada principal estão as grandes e médias propriedades, enquanto os pequenos agricultores têm seus lotes no interior dos ramais que não são pavimentados e de difícil tráfego nos períodos chuvosos (IAAM/CERIS, 2000).

As atividades agropecuárias que se destacam são: a pecuária extensiva (grandes fazendeiros), a cultura da pimenta-do-reino (grandes, médios e pequenos agricultores),

² A mesorregião do Nordeste Paraense é composta por 5 micro-regiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-açu) abrangendo 45 municípios (IBGE, 2000).

³Espectro, fantasma, mito, visagem. Que seja, visto, ouvido ou pressentido, o Anhangá traz para aquele que o vê, ouve ou pressente certo prenúncio de desgraça, e os lugares que se conhecem como freqüentados por ele são mal-assombrados (Câmara Cascudo, 2000, p. 16).

fruticultura e horticultura (médios e pequenos agricultores) e roças (pequenos agricultores), (IAAM/CERIS, 2000).

O principal acidente hidrográfico é o braço direito do rio Marapanim, que serve de limite natural, a oeste, com o Município de Castanhal. Recebe como afluentes pela margem direita, os igarapés Aianga e Pau Amarelo que passa próximo à sede. Pela margem esquerda, recebe os igarapés Caranã, Moleque e Galho D’Anta. Porém, o mais importante afluente do rio Marapanim, dentro do Município, é o rio Jambu-Açu, que serve de limite natural entre os Municípios de São Francisco do Pará e de Igarapé-Açu (IDESP, 1996).

Com relação a vegetação do Município, a TABELA 01, demonstra uma visão de dois períodos distintos (1984 e 2000), onde observa-se uma alteração significativa em função do antropismo⁴ da região durante a metade final da década de 80 e toda década de 90.

TABELA 01 – Leitura da cena LANDSAT 7, do Município de São Francisco do Pará no ano de 1984 e 2000(imagem classificada não-supervisionada).

TEMA	1984		2000	
	ÁREA (Km ²)	%	ÁREA (Km ²)	%
VEGETAÇÃO	123,5	26	42,53	9
VEGETAÇÃO ALTERADA	203,1	43	227,28	48
CULTURAS	-	-	130,45	27
SERINGAL	20,1	4	-	-
SOLO EXPOSTO/URBANIZAÇÃO	129,6	27	43,30	9
SOMBRA DE NUVEM	-	-	13,17	3
NUVEM	-	-	17,74	4
TOTAL	476,3	100	474,47	100

FONTE: Elaborado por Carlos Romano Ramos/LAENA/NAEA/UFPA (2002)

Para Guerra et al (2002, p. 04), “o uso de imagens de satélite cobrindo um determinado espaço temporal permite um distanciamento efetivo no sentido de compreender processos globais de transformação da geografia física, econômica e social de um território determinado”

A leitura da cena LANDSAT 7, do Município de São Francisco do Pará realizada nos anos de 1984 e 2000 (FIGURAS 1 e 2, respectivamente), demonstra o aumento da vegetação alterada de 43 % (quarenta e três por cento) para 48% (quarenta e oito por cento) e a diminuição

⁴ Utilizou-se a noção de Guerra et al (2002, p. 07), onde antropismo significa “intensa atividade humana, tendo como consequência solos expostos, áreas cobertas por construções, estradas, ruas, praças, campos de futebol não gramado, campo arado para atividade agrícola, quintais e terreiros”.

da vegetação de 26 % (vinte e seis por cento) para 9% (nove por cento), confirmando o antropismo do Município. A área do seringal que é de 4% (quatro por cento) em 1984, não deixa de existir em 2000, apenas houve uma recomposição da vegetação secundária, ocasionada pela falta de manutenção do plantio. Este plantio pertencia a Empresa Paracrevea no ano de 1984 e em 2000 já estava sobre o controle dos agricultores assentados, havendo diferenças no manejo do seringal em função da mudança de objetivos propostos para os mesmos pelos agentes proprietários da área.

O Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, está localizado no Km 30 da Rodovia PA-242 Castanhal/Igarapé Açu, com capacidade para assentar 223 famílias em uma área de 4.463,78 ha. (FIGURA 03). Este nome dado ao Assentamento foi decidido em Assembléia Geral no período da ocupação à área. Luiz Lopes Sobrinho (1910 – 1996 +) foi sindicalista, presidente do STR de São Francisco do Pará entre os anos de 1984 e 87, um dos principais articuladores no Estado pela gratuidade da passagem intermunicipal para idosos, presidente da Associação dos Idosos do Município, grande liderança local (Anexo 01). Faleceu aos 87 anos, de morte natural, duas semanas depois da ocupação da Empresa PARACREVEA, ação que ajudou a planejar juntamente com os demais sindicalistas do Município.

O Assentamento originou-se de um complexo agro-industrial de 3 (três) fazendas distintas que formavam a PARACREVEA BORRACHA VEGETAL S/A, de acordo com a TABELA 02.

TABELA 02 – Propriedades que deram origem ao Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, São Francisco do Pará.

NOME DA PROPRIEDADE	ÁREA (ha)	% DO TOTAL
FAZENDA MARATHON	2818,50	64
FAZENDA SÃO FRANCISCO	823,68	18
FAZENDA SANTANA	821,60	18
TOTAL	4463,78	100

FONTE: Adaptado de Pinheiro et al (1997).

A fazenda Marathon foi desapropriada para fins de reforma agrária pelo decreto de 19 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 1997 (Anexo 02) e as fazendas São Francisco e Santana foram desapropriadas pelas Portarias do INCRA nº 206 e nº 208 respectivamente, de 05 de maio de 1998, publicadas no DOU de 06 de maio de 1998 (Anexos 03, 04).

A criação do Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho deu-se pela publicação da Portaria do INCRA nº 82 de 6 de agosto de 1998 (Anexo 05).

Entre o processo de ocupação e conquista da terra com a desapropriação, passou-se por fases de organização coletiva como as manifestações frente aos órgãos do Estado, o acampamento e a resistência na área ocupada. A partir da constituição do assentamento, a lógica de produção tem um forte viés ao modelo camponês descrito por Lamarche (1994), Chayanov (1981), Wanderley (1997). A posse da terra; a decisão sobre o quê, como e quando produzir; o uso da mão-de-obra familiar; o uso de tecnologias intensivas; a subordinação ao mercado e o duplo sentido de produção (consumo e mercado), caracterizam, ou tendem a caracterizar os assentamentos rurais.

A exigência em eficiência produtiva para competir no mercado é um marco na indução de novos comportamentos dos assentados que fragilizam as unidades de produção agrícola. Resolver esta tensão é um dos principais problemas dos assentamentos rurais. Como se organiza o trabalho nos assentamentos rurais em função das relações sociais constituídas a partir da criação do assentamento? E como se tem mantido o discurso e a prática dos agricultores frente a necessidade de construção de sua estabilidade econômica e social? São aspectos que se buscou investigar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

O entendimento destas relações em suas várias dimensões (econômica, social, política, cultural e ecológica), é fundamental para o aprofundamento do conhecimento sobre este “microcosmo social”, que trás em seu bojo a reflexão sobre a importância da pequena produção

de caráter familiar, demonstrando-a não apenas como “desafogo de tensões sociais” ou “válvula de escape” descrito por Da Silva (1981, p. 118), mas sim, econômica e socialmente, como uma via de desenvolvimento mais equânime e sustentável.

O Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, foi entendido neste estudo como uma “Localidade, considerada um conjunto articulado de espaços sociais e geográficos” de acordo com Albaladejo & Veiga, (2000, p.02), na perspectiva de Florentino (2000, p. 36), sendo esta localidade, “fragmentada, imprecisa e evolutiva”.

Foram realizadas várias incursões no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, local onde foi concentrada a pesquisa, no período de agosto de 2001 à março de 2002, onde realizou-se 30 (trinta) entrevistas pré-estruturadas com os agricultores(as) familiares, buscando uma representatividade de 10% (dez por cento) do total de famílias. Realizou-se entrevistas profundas com informantes chaves⁵ dentro do Assentamento, e lideranças das associações, do STRSFP, buscando entender o funcionamento prático da organização do trabalho, através da verificação das práticas técnicas, econômicas e sociais dos agricultores; das razões destas práticas; suas principais tendências de evolução dos sistemas de produção⁶.

Utilizou-se como complementação da caracterização das famílias assentadas as informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município, cedidas pelo Sr. Raimundo Nonato da Silva, agente de saúde municipal no Assentamento. Estas informações foram importantes, por conterem dados de 175 (cento e setenta e cinco) famílias residentes na área, alcançando uma representatividade elevada do universo social estudado. As principais informações retiradas das fichas de acompanhamento do agente de saúde foram sobre a quantidade de pessoas residentes, sua participação em organizações sociais, o número de homens, mulheres e crianças entre outras.

⁵ Pessoas mais idosas e que acompanharam o processo de ocupação da área; pessoas que detinham o conhecimento mais acentuado dos recursos naturais do assentamento e conheciam sua história de utilização e formação dos sistemas de produção atuais.

⁶ Utilizou-se o conceito de Mourão onde, “o sistema de produção familiar se constitui nas relações de produção entre o grupo familiar e a base material de sua existência...” (2000, p. 131).

Foi realizada ainda uma observação participante, onde acompanhou-se algumas famílias de agricultores, realizando as tarefas diárias com os mesmos, possibilitando o registro de suas atividades e o aprofundamento do conhecimento de suas relações sociais internas, tendo em vista que as entrevistas foram realizadas com os chefes de famílias, dificuldade sentida durante a realização da pesquisa, pois a condição de pesquisador, impediu-me de entrevistar as agricultoras, a não ser em conversas informais, sempre com a presença de seu marido.

Durante os períodos de estada no Assentamento, procurou-se participar das atividades nas quais a coletividade estava envolvida, como as assembléias, reuniões de diretoria das associações e da cooperativa, mutirão, participação dos agricultores em fóruns municipais e estaduais, onde se percebeu a organização político-social dos assentados, bem como suas relações com outras entidades externas ao Assentamento.

PARTE I - A BUSCA POR UMA ELABORAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I - CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

1.1- CONCEPÇÕES SOBRE O CAMPESINATO NA LITERATURA CLÁSSICA

O estudo do campesinato é recorrente há bastante tempo no meio científico. Faz-se necessário buscar elementos constitutivos que possam caracterizá-lo, objetivamente para efeito de nossas reflexões.

Há basicamente, duas linhas de estudos sobre o campesinato entre os autores clássicos. Uma que buscou entendê-lo enquanto categoria social, e estudou suas especificidades como Wolf (1976), Mendras (1978), Chayanov (1981) entre outros. E outra, que a partir do estudo sobre a economia capitalista, coloca seu caráter como transitório e anuciam seu desaparecimento com o avanço do desenvolvimento capitalista no mundo como Marx (1985), Lenin (1983), Kautsky (1968).

Apesar dos limites históricos e teóricos da teoria de Chayanov – porque se refere a uma realidade russa, no início do século passado - o plano micro de suas investigações, entretanto, oferece categorias válidas para o estudo das unidades de exploração familiar (Carvalho, 1994).

Neste sentido, segundo a definição do modelo de Chayanov, a família é o fundamento da economia camponesa, na condição de economia sem assalariamento, ou seja, é a única fonte de força de trabalho no suporte da produção, cujo objetivo é o de garantir a própria existência. Dada tal caracterização, unidade camponesa é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo.

De acordo com Chayanov (1981), na medida em que a unidade familiar camponesa enquanto unidade de produção se orienta a partir de suas necessidades, enquanto unidade de consumo, o desenvolvimento natural da família (crescimento e envelhecimento) exerce uma permanente pressão sobre os meios de produção (trabalho-terra-capital).

Chayanov destaca ainda que:

“A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho” (1981, p.138).

Wolf descreve as “sociedades camponesas” como “aqueles segmentos da espécie humana que permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade

industrial” (Wolf, 1976, p.9). Os trabalhos desenvolvidos por Mendras, identificam quatro pontos característicos das sociedades camponesas:

“Uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (1978, p. 14.).

Para Kautsky (1968), na sua obra “A Questão Agrária” em que analisa o desenvolvimento da agricultura na Europa Ocidental na segunda metade do século passado e para Lenin (1983), na obra: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, baseados na teoria de Marx, o desenvolvimento do capitalismo no campo transformaria as relações sociais e de produção da mesma forma como acontece na indústria: com a separação entre os capitalistas e os trabalhadores, por um lado, e a supremacia da grande exploração frente às pequenas explorações, de outro. Isto apontaria para um crescente nível de assalariamento nas relações de trabalho na agricultura e eliminação das unidades agrícolas de tipo familiar. No entanto, Kautsky (1968) difere de Lenin (1983) no sentido de não acreditar no desaparecimento total do campesinato, referindo-se a sua coexistência com a grande empresa capitalista agrícola.

Os estudos sobre explorações de tipo familiar em Marx referem-se basicamente à condição transitória desta categoria social e seu desaparecimento com o desenvolvimento do capitalismo. A presença da pequena produção com base no trabalho familiar no capitalismo foi concebida como algo “à margem da sociedade e que combina toda a crueza das misérias dos países civilizados” (Marx, 1985, p.931).

Contudo, o que está em questão não são as deduções lógicas de Marx em “O Capital”, dentro do seu contexto histórico. A “ruptura epistemológica”, no sentido de Gaston Bachelard, está na negação da possibilidade de utilização de tais deduções em formações históricas específicas.

1.2- AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO NA AMAZÔNIA

Para Neves um dos fatores que contribuíram para novas adesões políticas ao reconhecimento do modo de produção qualificado como agricultura familiar foi a luta pela preservação ambiental, como descreve:

“A associação desta organização da produção com a potencialidade da preservação ambiental e da saúde humana, vantagens ontem desqualificadas pelo distanciamento do modelo produtivista, tem constituído em argumento eficaz na produção das adesões ideológicas ao projeto de encurralamento da expansão das grandes unidades produtivas altamente tecnificadas. Agora, senhora de tantas virtudes (em contraposição às desvantagens atribuídas à agricultura patronal: degradação dos agroecossistemas provocada pelo processo de modernização tecnológica e fornecimentos de alimentos nocivos à saúde humana), a forma agricultura familiar torna-se por demais generalizante e vazia de significados sociológicos” (1997b, p. 42)

Neves ainda ressalta que apesar deste novo modelo ser considerado ambientalmente interessante, tem-se apresentado como um setor de agricultores modernizados:

“O recente sucesso do termo agricultura familiar enquanto referência à parcela específica da produção agropecuária e à emergência de objetos de estudos se associam, entre outros fatores, aos investimentos políticos para constituição de um setor modernizado de agricultores, responsáveis pela implementação de um modelo de produção que, por imprecisão da contraposição, tem sido comumente reconhecida por uma outra agricultura: alternativa, diversificada, sustentável e não-patronal” (1997b, p.41).

Lamarche (1994) utiliza para definir exploração familiar, uma unidade de produção agrícola, onde as categorias, propriedade e trabalho, estão intimamente ligadas à família. A interdependência desses três fatores orienta as noções abstratas e complexas de transmissão de patrimônio e a reprodução da exploração. Lamarche (1994) utiliza esta definição para compreender o funcionamento e a evolução das formas sociais de produção agrícola. Daí, o efeito é a existência de modelos de funcionamento diferentes, como a exploração familiar e a exploração camponesa.

Lamarche, a partir da análise das considerações sobre o modelo camponês, definido por Chayanov, assume que:

“A exploração camponesa deve ser entendida como um modelo de funcionamento bem particular de exploração familiar, caracterizada por uma dimensão mais sociológica, por considerar as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade em geral. Assim definida, Lamarche conclui que, a exploração camponesa é uma exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa” (1994, p.09).

Wanderley, em seu estudo sobre as raízes históricas do campesinato brasileiro conceitua a agricultura familiar como:

“Aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (1997, p.10).

Na Amazônia, vários estudos foram realizados no intuito de compreender o campesinato enquanto categoria social, como os realizados por Velho (1972), Musumeci (1988), Martins (1986), Hébette (1991), Costa (2000a; 2000b), Leroy (2000), Guerra (2001), entre muitos outros.

Hébette (1991, p.207) descreve um campesinato de luta como “os combatentes da terra”, fazendo um relato dos principais fatos que marcaram a presença deste camponês na região de Marabá, Sudeste do Pará, como figura política através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, buscando a conquista da terra. Leroy (2000) fala de um “camponês migrante”, para caracterizar estes atores locais que lutaram pela terra nesta região e buscavam afirmação através de organizações sociais próprias como os STRs e a FETRAGRI regional.

Guerra descreve a figura do posseiro, entendido como “aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando o seu sustento”(2001, p.17). Define o posseiro como “camponês a caminho de seu reconhecimento social”, como “camponês em luta pela afirmação de sua identidade”, como “camponês que, consciente de si mesmo, tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político” (2001, p.18). Esta abordagem enfoca o posseiro/camponês como uma categoria coletiva, um grupo que constrói uma identidade e disputa um espaço social coletivamente. Para Guerra:

“O posseiro é uma categoria social de matriz camponesa, caracterizada, fundamentalmente, por uma história de luta pelo reconhecimento social, baseada no direito construído por sua habilidade profissional, pelo trabalho do conjunto de sua família e pela relação de moradia e vida que desenvolve no tempo e espaço em que se inscreve” (2001, p. 149).

Costa caracteriza a unidade de produção camponesa por:

“Ter na família o seu parâmetro decisivo: seja como definidora das necessidades reprodutivas que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que dispõe, seja como determinante no processo de apropriação de terras nas sagas de fronteira”⁷ (2000a, p. 65).

Costa (2000b) descreve um camponês relevante no contexto agropecuário paraense. Utilizando uma dimensão sócio-econômica, demonstra sua importância na produção, na relação com o mercado, na venda do excedente e ocupação na agropecuária. Em seu estudo sobre o campesinato no Município de Capitão Poço, no Nordeste paraense, Costa (1995) trabalha com a noção de agricultura familiar.

Nestes termos, o estudo de caso realizado para este trabalho se insere num tipo de exploração agrícola familiar, onde a família é a fonte básica de força de trabalho, havendo contratação de mão-de-obra esporádica. Este agricultor caracteriza-se por uma história de luta coletiva, buscando seu reconhecimento social. Relaciona-se com o mercado, mas tem como prioridade a produção para o seu sustento e de sua família. Neves (1997a, p.03) ressalta que “nas análises sobre os assentamentos rurais, o agricultor familiar encontra-se em processo de constituição”. Neste sentido, a unidade de estudo recai sobre as relações que, para tanto, os atores sociais envolvidos constroem.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO TEÓRICO

2.1- A CONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS DAS RELAÇÕES LOCAIS

⁷ A fronteira agrícola é entendida como “contínuo avanço de estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para agricultura, consagra-se na literatura econômica e sociológica como o componente do desenvolvimento agrário brasileiro...(Costa, 2000a, p.78).

“Muitas denominações existem para designar objetos sociais e/ou territoriais locais: Comunidade, localidade, coletividade local, entre outras, sem que nenhuma destas denominações tenha definições precisas ou amplamente aceitas”(Albaladejo & Veiga , 2000, p.01).

A partir do exposto acima, percebe-se que objetos sociais são vistos de várias formas, dependendo das dimensões teóricas em que estão sendo estudados. Albaladejo & Veiga (2000), numa perspectiva de avaliação de diferentes intervenções na agricultura familiar, procuram construir um referencial onde a localidade possa dar conta da representação deste objeto:

“Localidade, considerada como o conjunto articulado de espaços sociais e geográficos onde se concretiza a interface entre os estabelecimentos agropecuários familiares e as organizações, empresas e indivíduos que intervêm na sua atividade técnica e econômica...É no local que podemos estudar as condições contingentes de realização das práticas agrícolas e também onde elas podem ser colocadas em discussão entre os agricultores e os técnicos, assim como onde se pode estudar as condições socio-econômicas de realização da atividade agropecuária e de reprodução das relações que permitem sua realização contingente e quotidiana”(Albaladejo & Veiga, 2000, p.02).

Esta localidade é vista por Florentino (2000, p. 36), “como um espaço social e geográfico fragmentado, impreciso e evolutivo”. No caso do objeto de estudo em questão, esta afirmativa anterior é verdadeira, apesar dos agricultores residentes denominarem seu espaço como uma “comunidade.”

O termo “comunidade” teve origem de seu uso local nos grupos ligados às igrejas, notadamente à Igreja Católica que objetivava, estimular formas de coesão e cooperação em torno de valores religiosos (Castellanet et al, 2000, p. 73).

Firth (1974, p. 57), entende a comunidade como “um grupo de pessoas que participam de atividades comuns e se ligam, através de múltiplas relações, de modo tal que os objetivos de qualquer indivíduo só podem ser alcançados através da participação na ação com os outros”. No entanto, interesses dos diferentes membros da comunidade podem ser comuns apenas “num nível muito superficial, abaixo do qual podem divergir ou ser fundamentalmente opostos” (Firth, 1974, p. 57).

A dificuldade de precisão do conceito de comunidade se prende ao fato de que a ocupação geográfica de cada grupo não delimita o espaço de sua influência social. Desta forma,

se localidade dá idéia de um espaço geográfico concreto, físico, comunidade é fluido, flexível a formas de territorialização mais amplas.

Para Veiga & Albaladejo (s/d), as relações de parentesco e a aprendizagem da vida social local que elas permitem, são elementos importantes do “vínculo social” local e para explicar a organização das redes de relações de troca de trabalho e de bens. Neste sentido, estudar a localidade ou a comunidade, como será tratado este espaço social construídos pelos agricultores, é então o estudo do “universo das práticas sociais localizadas”.

Araújo & Schiavoni (s/d), num estudo de uma comunidade no Município de Itupiranga, Estado do Pará, procuram desvendar as relações simbólicas existentes entre as famílias a partir da análise das relações de parentesco direto ou indireto, através das redes de migrações que se deram em função principalmente da possibilidade de acesso à terra para trabalhar nesta região. Há uma utilização dos vínculos construídos com estes parentes como estratégias de acumulação individual, enquanto os mesmos esperam a conquista do seu próprio lote através da incorporação fundiária.

“A existência de relações de parentesco direto não define automaticamente a natureza das outras relações, em particular de trabalho, que estes grupos estabelecem entre si”, porém, estas trocas de trabalho geralmente são realizadas como estratégia de acumulação, podendo assim “fidelizá-la”, construindo um “capital simbólico”, que influenciará na produção econômica e técnica (Veiga & Albaladejo, s/d).

Neste sentido, os vínculos das relações sociais de determinadas comunidades, antecedem a organização do trabalho, no sentido de formação de redes sociais responsáveis pela produção econômica e técnica do grupo familiar. Estes vínculos podem ser percebidos de forma interna e externa no que diz respeito aos grupos familiares locais.

2.2- O CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A organização do trabalho pode ser percebida numa perspectiva interna, ou seja, dentro do componente família-estabelecimento (Heredia & Garcia Jr., s/d; Woortmann & Woortmann, 1997) ou num contexto mais global, onde estas relações são de interação entre os diversos grupos familiares de uma comunidade local (Zimmermann, 1994; Pessoa, 1999; Neves, 1981; Veiga & Albaladejo, s/d; Carvalho, 1998).

Heredia & Garcia Jr. (s/d), em um estudo do campesinato numa área de transição entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano, desvendam os processos de construção dos vínculos sociais locais ocorridos no interior das famílias, no intuito de entenderem a organização da produção como forma de garantia de manutenção e reprodução do grupo familiar:

“O processo de reprodução física do grupo é simultaneamente, a de reprodução daqueles papéis. A responsabilidade de prover a sua própria reprodução física está com cada família elementar, que o faz a partir da utilização da sua própria força de trabalho no roçado. É no roçado que a família se realiza enquanto unidade de produção. É na casa que ela se realiza enquanto unidade de consumo (Heredia & Garcia Jr, s/d, p. 02).

Esta última afirmativa é percebida também por Woortmann & Woortmann (1997), que além de definir o roçado e a casa como formas simbólicas opostas no sentido da produção e consumo, define uma hierarquização familiar demonstrando a quem pertence cada espaço de construção social, econômico e simbólico, numa perspectiva de gênero:

“ A direção do processo (de trabalho) é determinada pelo pai de família, detentor do governo do trabalho. É ele quem dá a direção. O fato de ser o homem quem define a direção do deslocamento espacial indica que ele também detém o controle do processo como um todo. A mulher, pelo contrário, é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para dentro de casa os produtos da roça transformados em mantimento, para torná-los comida, inserida em sua própria direção, a do consumo. Em oposição ao do homem, o movimento da mulher dá-se de um espaço já domesticado por ele para outro espaço, a casa, núcleo simbólico da família. Se o homem é controlador dos espaços produtivos externos à casa, cabe à mulher o governo da mesma”(Woortmann & Woortmann, 1997, p. 37).

No entanto, o “fato da família camponesa se colocar como um trabalhador coletivo implica que, freqüentemente, a decisão sobre a realização de algumas tarefas seja feita pelo grupo familiar” (Carvalho, 1984, p. 239).

Heredia et al (1984), estudando pequenos produtores ligados à plantação açucareira no Nordeste brasileiro, aponta que as relações de produção dão-se no interior do grupo familiar entre homem, mulher, filhos e filhas, onde a relação entre roçado e casa serve como definidora das áreas de “trabalho” e de “não trabalho” respectivamente, evidenciando uma divisão do trabalho no interior do grupo familiar.

Carvalho (1984) coloca que o camponês trabalha, juntamente com sua família, para produzir e reproduzir, assim cada pessoa na família desempenha um “trabalho útil e concreto”, segundo o momento e suas necessidades. A organização do trabalho é vista como:

“Uma formação no seio da família de uma divisão técnica do trabalho, articulada com base no processo de cooperação, resultando disso, uma jornada de trabalho combinada dos distintos membros da família que, assim, se transforma numa espécie de trabalhador coletivo”(Carvalho, 1984, p. 235).

O processo de trabalho voltado para a produção social inclui três elementos fundamentais:

1) o objeto de trabalho, matéria que o homem transforma com sua atividade; 2) os meios de trabalho, conjunto de instrumentos com os quais o homem transforma a matéria; 3) e a atividade humana exercida sobre a matéria com a ajuda de instrumentos. Esses três elementos são também conhecidos como natureza (ou terra), capital e força de trabalho. O capital é uma acumulação de trabalho anterior, ou seja, é trabalho acumulado. O trabalho é o elemento mais importante da produção social, condição mesma de sua existência (Marx, 1963).

De acordo com Marx (1985, p.50), “o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem”.

O trabalho da terra analisado por Woortmann & Woortmann, em uma localidade de agricultores familiares, no Nordeste do Brasil, é entendido como uma “organização de ecossistemas construídos com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza” (1997, p.07). Ressaltam ainda que o processo de trabalho:

“É uma forma de atuação inteligente, resultado de projeto criado a partir de um modelo pensado em termos de uma concepção global, que inclui todos os passos de sua atuação. Assim, a relação entre homem e natureza na produção agrícola tem existência ideal”(1997, p.7).

O processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, “um processo ritual” (Woortmann & Woortmann, 1997 p. 16).

Ao estudar as formas de subordinação de lavradores e pequenos produtores de cana-de-açúcar ao capital, no Estado do Rio de Janeiro, Neves (1981, p.172), conclui que há uma “capacidade adaptativa” dos pequenos produtores à forma de organização da produção com base no trabalho familiar.

Esta “capacidade adaptativa” pode ser demonstrada na formação das “turmas” que se constituem em “formas diversas de organização das unidades de cooperação do trabalho familiar ou de sistematização da divisão do trabalho nas atividades produtivas”(Neves, 1981, p.148).

Neste sentido, Neves utilizando um referencial chayanoviano, destaca que a unidade de produção familiar se apresenta “organizada sob um sistema de relações determinadas pela divisão do trabalho que ocorre no processo de produção, agregando e organizando as relações de trabalho dos próprios membros” (1981, p.140).

Carvalho, ao estudar a dimensão econômica do associativismo em áreas de reforma agrária, demonstra a complexidade das formas combinatórias de associativismo, entendido como “todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo”. As formas mais usuais e presentes nos assentamentos rurais são: “núcleo ou grupo de produção, associação, centrais de associações, grupo coletivo, grupo semi-coletivo, condomínio, cooperativa, centrais de cooperativas, mutirão e trocas de dias de serviço” (1998, p. 8).

As formas de organização do trabalho em assentamentos são tratadas por Stédile & Fernandes (1999), discutindo as experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com cooperação agrícola, onde os autores ressaltam a importância de tal assunto em função da necessidade de consolidação do assentamento e através deste, o movimento.

Discutem ainda, que há uma grande complexidade das formas de organização do trabalho e que tal aspecto deve ser levado em consideração quando se vai organizar a produção agrícola nos assentamentos.

Desta forma, a organização do trabalho é aqui entendida como um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção, para a realização das atividades agropecuárias de determinados grupos sociais. Estas atividades podem estar voltadas para o consumo ou mercado. É concebida com a percepção das relações sociais existentes entre estes grupos, que antecedem esta organização ou são parte fundamental desta.

PARTE II – REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA

CAPÍTULO III - REFORMA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1- A REFORMA AGRÁRIA PÓS - REGIME MILITAR NO BRASIL

Segundo Veiga (1984), houve no século XX quatro grandes períodos onde ocorreram inúmeras agro-reformas no mundo. O primeiro foi marcado por duas longas guerras camponesas - a do México e da Rússia, sendo que houve desfechos totalmente diferentes entre as duas, pois no primeiro caso a queda da oligarquia latifundiária deu origem à dominação

burguesa e o segundo foi marcado pela ascensão dos camponeses aliados aos operários e soldados ao poder, dando origem ao primeiro sistema econômico socialista do mundo.

O segundo período deu-se com a vitória das forças democráticas na grande guerra contra o Nazismo, expandindo o Socialismo pelo Leste Europeu e nos Balcãs, havendo ainda a revolução chinesa e a expulsão dos franceses do Vietnã, culminando na formação de dez repúblicas populares, onde o campesinato chegou ao poder em aliança com os trabalhadores da cidade. Na década de 50, originou-se uma terceira onda de reformas, principalmente nos países islâmicos do Oriente Médio e do Norte da África, assim como na Índia.

Na América Latina, onde o capitalismo já decolara no período compreendido entre as duas guerras mundiais, é que ocorre o quarto momento agromodernista, sobretudo nos anos 60. Somente em Cuba a reforma esteve inserida num processo global de revolução socialista (Veiga, 1984, p. 38).

No Brasil, intensificaram-se as discussões sobre a necessidade de uma reforma agrária a partir da década de 50, onde vários setores da sociedade iniciaram um debate sobre sua importância para o desenvolvimento nacional.

Stédile (1997) resume as discussões, acerca de tal tema, em quatro grandes correntes de pensamento: “uma reforma agrária antifeudal”, defendida por intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os apontavam resquícios do feudalismo na realidade agrária brasileira e propunham uma aliança entre camponeses, a burguesia de origem comercial e industrial para a realização de uma reforma agrária; “uma reforma agrária para desenvolver o mercado interno e uma economia nacional”, defendida principalmente pelos intelectuais cepalinos⁸, que apontavam a mudança na estrutura fundiária nacional como uma saída para a construção de um mercado consumidor interno de bens duráveis, através da transformação de camponeses pobres em proprietários capazes de absorver uma produção industrial capitalista; “uma reforma agrária

⁸ Estudiosos dos problemas na América Latina, pertencentes a Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas (CEPAL).

como viabilização do ideal cristão de justiça social e pequena propriedade”, baseada na doutrina cristã de fraternidade e direito ao acesso à terra como um camponês cidadão; e, finalmente, “uma reforma agrária anticapitalista”, defendida por Caio Prado Júnior que, contrário a tese defendida pelo PCB, apontava para uma possível destruição do modo de produção capitalista e conseqüentemente da burguesia (Stédile, 1997, p. 15)

Antes de 1964, a reforma agrária constituía um dos pilares do projeto desenvolvimentista. Considerava-se a distribuição de terras um pré-requisito necessário ao desenvolvimento econômico do país. Segundo Ricardo Abramovay:

“A premissa na qual se fundamentava esse raciocínio era de que, uma vez esgotadas as possibilidades de industrialização, pela substituição de importações, seria preciso ampliar o mercado interno, fazendo uma reforma agrária. Com isso, a renda se elevaria, aumentando o consumo de bens industriais na agricultura e ao mesmo tempo, fazendo crescer a produção agrícola para a cidade, resultando num rebaixamento do valor da força de trabalho e no incremento no ritmo da acumulação de capital” (1986, p.13).

Mas, a Ditadura Militar se encarregou de mostrar o contrário, através do seu plano de desenvolvimento econômico, seguindo a linha neoclássica de desenvolvimento. Logo ficou evidente que o desenvolvimento capitalista podia prescindir de distribuição de terras (Veiga, 1994). Para Abramovay (1986), de fato, depois de 1964 o capitalismo do Brasil se desenvolveu como nunca anteriormente, e este desenvolvimento, na própria agricultura, foi mais acelerado do que em qualquer outro momento da história, sem reforma agrária.

Na história recente do Brasil, mais precisamente a partir da Nova República, a idéia de reforma agrária recolocou-se na arena das discussões políticas e daí passou a compor a agenda do governo, impulsionada pelos conflitos recentes da década de 70 e pelos acampamentos e ocupações ocorridos no início da década de 80 (Ferreira, 1994 ; Medeiros & Leite, 1997)

Fernandes (s/d) demonstra em seu artigo “Brasil: 500 anos de luta pela terra” como desenvolveu-se o capitalismo na agricultura brasileira:

”No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente à modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os

trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela Reforma Agrária: o bóia-fria” (s/d)

Para Fernandes (s/d), no nosso país, a Reforma Agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra:

“A luta pela Reforma Agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das Ligas Camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela Reforma Agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de Reforma Agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela Reforma Agrária participam diferentes instituições”. (Fernandes, s/d)

Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da luta pela Reforma Agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia, as duas são interativas.

Durante séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de Reforma Agrária. A luta pela Reforma Agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela Reforma Agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela Reforma Agrária (Fernandes, s/d).

De acordo com o dicionário Aurélio, “luta” significa “antagonismo entre forças contrárias, conflito” (Ferreira, 1988, p. 403). Neste sentido, o estudo da categoria luta como componente do entendimento da disputa pela terra no Brasil, remete ao estudo do antagonismo entre as forças que integram o meio rural. Buscou-se elementos de qualificação deste conceito no intuito de compreender o papel dos agricultores familiares e ex-assalariados rurais que lutaram pela conquista da terra em São Francisco do Pará e lutam por sua manutenção nesta através da organização sindical, da produção de alimentos para o consumo, da comercialização e da resistência às dificuldades cotidianas.

Medeiros (1989, p. 11), fala em “desafio” ao estudar a história de lutas dos trabalhadores rurais, no sentido da difícil recuperação dos registros e da própria trajetória destes

trabalhadores que “explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais” passam a ter dificuldades em preservar sua memória social.

A categoria luta é percebida por Medeiros (1989), no sentido da resistência empreendida pelos camponeses, como a luta dos posseiros, dos assalariados, dos arrendatários, dos trabalhadores rurais, pela permanência na terra, dos trabalhadores rurais sem-terra, que em diferentes contextos históricos buscaram sua afirmação enquanto categoria social e política no Brasil:

“Uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso..., eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra – que trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade” (Medeiros, 1989, p. 211)

A dimensão eminentemente política da luta pela terra, evidenciada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como substrato todo um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido (Araújo, 1997).

3.2 – A REORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. “Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas formas de propriedade estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial” (Oliveira, 1994, p.55).

Oliveira (1994, p.62), ainda argumenta que:

“Se a concentração fundiária tem suas raízes históricas, igualmente as relações de trabalho no campo também as têm. Como sabemos, a escravidão foi a primeira forma generalizada de relação de trabalho no campo brasileiro. Junto com ela também se desenvolveu o trabalho camponês”.

As péssimas condições de vida e trabalho no meio rural brasileiro, beirando a barbárie, influenciaram decisivamente no “agravamento dos conflitos fundiários em praticamente todas as regiões do país” (Bauer, 1995, p.71).

Ao analisar a história humana, deparamo-nos constantemente com o surgimento de movimentos sociais que, por sua natureza, imprimem um caráter de urgência na adoção de normas ou regras jurídicas as quais possam regulamentar e, por conseqüência, legitimá-los.

Os movimentos sociais surgem a partir da insatisfação de segmentos da sociedade com a realidade vigente o que é, via de regra, causada pela “opressão dos grupos sociais detentores do poder sobre os grupos socialmente subordinados, subalternos, minorias, entre outras denominações” (Varella, s/d).

Para Scherer-Warren, movimento social é:

“Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (Scherer-Warren, 1987).

A análise dos movimentos sociais, sob o prisma marxista, refere-se a processos de lutas voltados para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Gohn (1997, p. 171), destaca que não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas o processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. “As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a problemática das classes sociais” (Gohn, 1997 p. 173)

Para Touraine, citado por Varella (s/d), “os movimentos sociais são os mais importantes comportamentos coletivos”. Por outro lado, comportamento coletivo e movimentos sociais se

distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos.

Gohn (1997, p.145), afirma que “os movimentos sociais são sempre, em última análise, a expressão de um conflito de classes. Por outro lado, possuem duplo caráter: defensivos e contestatórios, isto é, contra-ofensivos”.

Scherer-Warreen (1999, p. 88), porém, coloca que:

“O campo dos conflitos, em torno dos quais os movimentos sociais se organizam, vão sendo definidos historicamente. A historicidade dos conflitos pode ser, portanto, apresentada por meio de certa cronologia, se bem que esses processos tendem a ser cumulativos: novos conflitos surgem e os velhos são redefinidos e recontextualizados”.

No Brasil, diversos movimentos humanos marcaram a história, movimentos com caráter de independência, nitidamente agrários, como a Farroupilha, a Balaiada, a Cabanagem e Canudos, além de outros movimentos também importantes como a Revolução Liberal e a Confederação do Equador. Seus representantes são considerados hoje como heróis da história nacional, mas sob a ótica da época, eram bandidos, delinquentes, que queriam se insurgir contra uma estrutura vigente e que pagariam com a vida pela sua desobediência, conflitos nos quais morreram dezenas de milhares de brasileiros (Varella, s/d.).

A quase totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura.

"Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e suas famílias, por trás das várias formas de sua integração, exploração e marginalização, que aprofundam a desigualdade, não são devidos à falta de desenvolvimento, mas, pelo contrário, ao “sucesso” do modelo modernizador. Na verdade, a desigualdade e a exclusão no campo existiam desde antes do processo de modernização, mas através deste processo reproduziram-se em escala ampliada. A resistência dos trabalhadores rurais mostrou para a sociedade como um todo o caráter ao mesmo tempo antidemocrático e antiecológico de tal desenvolvimento” (Grzybowski, 1994, p. 290).

Na atualidade, presenciam-se diversos movimentos sociais em curso no Brasil, como o movimento ambientalista, feminista, operário, estudantil, entre muitos outros. Fatores como a

redução do gasto público nas políticas sociais; descentralização administrativa e revalorização dos governos municipais; crescimento das demandas da população, em virtude da diminuição dos seus padrões de vida; falta de representatividade política dos setores populares; crescimento da confiança nas ONGs e nas associações comunitárias são apontadas como principais causas do surgimento dos movimentos sociais mais recentes. Dentre estes movimentos sociais, um dos mais importantes, devido à abrangências e gravidade da questão e do número de pessoas envolvidas, é o movimento social agrário (Varella, s/d.).

Neste movimento social agrário, no cenário das lutas no campo, impõem-se com força, as ações dos trabalhadores rurais sem terra.

O MST, na forma que existe hoje, surge em 1979, em Santa Catarina, e estende-se rapidamente para vários Estados do país nos anos 80, projetando-se nacionalmente nos anos 90. O crescimento do movimento demonstrou uma grande capacidade de liderança, um discurso que gerou coesão social entre segmentos que se sentiam marginalizados no meio rural. Seus dirigentes apoiaram-se numa *pedagogia popular* desenvolvida pela Igreja Católica ao longo dos anos 70 e 80, que articulava elementos místicos das práticas religiosas do homem do campo, com valores culturais do mundo rural e elementos de uma disciplinada produção apoiados numa rigidez organizativa.

Para Guimarães, o MST é um dos movimentos sociais mais importantes deste século, por :

“Encarnar um código ético - moral ora assimilado como expressão de uma drama histórico não resolvido mas antigo, ora traduzido como sinal quase profético de um Brasil socialmente — quase comunitariamente, poderíamos dizer — democrático” (Guimarães, sd).

Para Gohn (1997, p.28):

“O MST possui três momentos distintos: a) 1979/1985, quando seu discurso articula a luta pela terra com a luta pela reforma agrária; b) 1985/1988, quando o movimento adquire caráter nacional, organizando-se em estados onde há luta pela terra; c) 1988/1996, quando o lema básico passa a ser “ocupar, resistir e produzir”. A autora destaca a grande capacidade organizativa do movimento e destaca seu empenho em relação ao seu programa educacional e produtivo”.

Fernandes demonstra como ocorreu o processo de territorialização do MST:

“O processo de territorialização do MST aconteceu por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, os sem terra organizados realizaram levantamentos das realidades da luta pela terra nos municípios. Com o apoio da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de partidos políticos, reuniram as famílias para refletirem sobre suas vidas e as perspectivas de vida e trabalho. Formaram organizações locais, analisaram as conjunturas políticas por meio da construção de conhecimentos e tomaram decisões para transformar os seus destinos. Esses trabalhos foram feitos pelos próprios sem terra, que têm na experiência de vida a história da luta. Dessa forma, dimensionam os espaços de socialização política e os transformam em espaços de luta e resistência” (Fernandes, 1998).

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária (Fernandes, 1998).

Para Fernandes (1998) o MST é o único movimento que adquiriu uma territorialização nacional, como procura demonstrar em seu artigo:

“Embora o número de movimentos sociais organizados vem crescendo, ainda não atendem a demanda da luta pela terra. Muitas famílias se mobilizam em movimentos sociais localizados, que representam parte considerável da luta. Estes são de difícil análise por não possuírem um estrutura organizacional. Duram o tempo da luta pela terra. O único movimento de atuação nacional é o MST. A CPT embora possua caráter nacional atua de forma mais organizada no Mato Grosso do Sul e na Paraíba. Os outros movimentos atuam nos estados ou em microrregiões como são os casos do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra e MUST – Movimento Unificado dos Sem Terra, que atua no Pontal do Paranapanema” (Fernandes, 1998, p).

Fernandes (1998) revela a localização dos movimentos sociais que surgiram a partir de 1975 em todo país através do QUADRO 01. Sente-se neste quadro uma forte valorização do MST, pois a CPT, por exemplo, existiu e existe em muitos estados além de MS e PB. Pelo menos a BA e o PA seriam facilmente inseridos.

QUADRO 01 – Demonstração dos principais movimentos sociais de luta pela terra no Brasil a partir da década de 1970.

NOME	Estado (s)	INÍCIO
Comissão Pastoral da Terra - CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-	RS - SC - PR - SP - MG - RJ -	1984

Terra – MST	ES - BA - SE - AL - PE - PB - RN - CE - PI - MA - PA - AM - TO - DF - GO - RO - MT - MS	
Movimento de Luta pela Terra - MLT	BA	1994
Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso - MST-SMT	MT	1994
FETAGRI – MS	MS	1996*
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra - PE / MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta - MCL	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores – CEAPA	AL	1996
FEATEMG	MG	1996*
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem-Terra – MLST	MA - PE - MG e SP	1997
MAST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
MUST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

FONTE: Pesquisa e organização: (Fernandes, 1998).

CAPÍTULO IV - OS ASSENTAMENTOS RURAIS: UM CONCEITO DINÂMICO.

4.1- A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A UNIÃO POLÍTICO-ECONÔMICA.

O termo “assentamento” foi introduzido pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico a partir do contexto de reforma agrária na América Latina, sendo criado na Venezuela em 1960 (Bergamasco, 1996). “Tem sua origem ligada a política estatal, mas fundamentalmente é fruto de pressões de entidades ligadas a reforma agrária” (Silva, 2000, p. 09). Para Ferreira (1994, p. 39), houve uma evolução no conceito de assentamento rural em função das novas estratégias necessárias para a inclusão de medidas que fixassem o homem no campo, transformando os “novos proprietários em verdadeiros produtores rurais”.

Os estudos sobre assentamentos rurais no Brasil têm contribuído para o entendimento desse “novo agregado heterogêneo de grupos sociais”. De acordo com Carvalho, entende-se como assentamento, enquanto substantivo:

“O conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária” (1998, p.06).

Para o referido autor tal expressão é utilizada para a definição de uma constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um “microcosmo social”, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez, na sua história, num espaço econômico, político e social.

O assentamento de reforma agrária é uma “encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias

lhes proporcionava”. Esta intensidade e novidade podem ser expressas na necessidade de encontros sistemáticos, quase diários, entre essas pessoas e famílias para equacionarem problemas existenciais que a nova realidade da vida cotidiana lhes está exigindo (Carvalho, 1999).

Vários trabalhos têm privilegiado os estudos sobre assentamentos rurais, que em função de sua variabilidade econômica, política, social e ambiental tornam-se verdadeiros “laboratórios de experiências” vividas pelos agricultores familiares no Brasil (Medeiros & Leite, 1997).

As pesquisas têm enfatizado a diferenciação que tem lugar no interior dos assentamentos. Castro et al. (1988), analisando uma amostra de projetos criados anteriormente à Nova República, conclui que, mesmo quando em termos médios apresentaram resultados satisfatórios, eles desenvolveram em seu interior uma forte heterogeneidade. Segundo estes autores, aí estaria a raiz de sua futura desestruturação, uma vez que, se eles solucionaram o problema imediato do acesso à terra, não resolveram as questões envolvidas com a produção.

Muitos têm sido os estudos desenvolvidos sobre as dimensões internas e as trajetórias sociais dos assentados, mostrando o assentamento como um campo⁹ de disputas, tensões e diferenciação social (Zimmermann, 1994; Bergamasco, 1994; D’Incao & Roy, 1994). Os estudos sobre as mediações e como estas têm se apresentado (Ferrante, 1994; Novaes, 1994) dentro do processo de constituição dos assentamentos, têm demonstrado as diferentes formas de controle sobre os trabalhadores rurais, muitas vezes tão sutis que se têm dificuldades de serem observadas (Medeiros & Esterici, 1994; D’Incao & Roy, 1994).

A literatura também tem insistido em ressaltar como os assentados são provenientes de diversas origens: sem terra, assalariados, trabalhadores com experiência urbana (por vezes longa), o que mostra a necessidade de reconceituar a demanda por terra e a importância de se conhecer as circunstâncias em que ela emerge (Medeiros & Leite, s/d).

⁹ No sentido de Bourdieu (1996).

Também têm sido objeto de reflexão as trajetórias dos assentados, as redes de relações que se constituíram antes e durante o processo de mobilização, as diferentes formas e efeitos da intervenção estatal e o processo de produção de novas identidades. Os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais (Medeiros & Leite, s/d).

As análises sobre assentamentos, tanto as realizadas por economistas quanto por antropólogos e sociólogos, muitas vezes tendem a demonstrar implicitamente um viés político, visto que procuram afirmar o sucesso ou fracasso da política de assentamentos e, por conseqüência, as possibilidades de uma política de reforma agrária (Leite, 1994; Medeiros & Leite, s/d).

Os estudos sobre a organização do trabalho em assentamentos rurais têm-se dado no sentido de avaliar as diferentes formas de produção e cooperação, a comercialização e a relação dos assentados com o mercado e as relações constituídas nestes projetos a partir de suas organizações (Carvalho, 1998; Silva, s/d; Souza, 1999; Zimmermann, 1994; Franco, 1994; Bergamasco, 1994; Teofilo Filho, 1994)

Contudo, a contribuição deste trabalho vem no sentido de desvendar a “lógica” da organização do trabalho (Woortmann & Woortmann, 1997), desenvolvida em um assentamento rural no nordeste paraense.

4.2- O NORDESTE PARAENSE E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

A realidade atual dos assentamentos rurais no Nordeste Paraense está relacionada ao processo de colonização desta região, a sua formação fundiária nos últimos anos e as conseqüências que estes fatores trouxeram à conjuntura desta meso-região.

Esta meso-região é heterogênea, tanto em relação ao seu meio biofísico, quanto como da forma de ocupação que se deu em seu território. É formada por cinco micro-regiões – Cametá, Tomé-Açu, Salgado, Guamá e Bragantina – tendo 45 municípios como componentes.

Pretendemos neste estudo, enfatizar especialmente o processo de evolução agrária das micro-regiões Bragantina e do Guamá, pelas suas complementaridades sócio-econômicas e ambientais.

Para Penteadó (1967), a ocupação agrícola dirigida na Amazônia começou na região Bragantina e deu-se especialmente entre os anos de 1875 e 1914. Esta região, durante anos, permaneceu intocada. Com a política de colonização que garantia “condições de acesso a terra”, propiciou-se a vinda de imigrantes nordestinos para trabalhar no extrativismo da borracha, fazendo com que ocorressem intensas contradições e desequilíbrios que se revelam no que é hoje a região, parcialmente devastada pela ação do homem.

No entanto, Conceição revela que o objetivo da política de colonização da Bragantina era atrair migrantes europeus, semelhantemente ao processo ocorrido no Sul do País:

“A colonização da Bragantina resultou, aos olhos dos governantes que a puderam avaliar, o contrário do que eles objetivaram: ao invés de prósperos agricultores europeus, com suas saudáveis famílias a produzirem a fartura, nas proximidades da Capital, o tempo devolveu-lhes o plano preenchido por agricultores pobres ou remediados, que encontraram nas condições oferecidas pela Bragantina os meios de se reproduzirem como pequenos proprietários familiares” (1990, p. 266).

No espaço da colonização, foram fundidas as experiências européias, em números reduzidos; dos nativos, moradores dos sítios à beira dos rios; e dos nordestinos – “retirantes, numa alusão à viagem sem volta, de quem leva consigo tudo o que tem ou de cabeludos e flagelados pelo aspecto que chegavam a Capital”, fugidos da seca no Nordeste brasileiro ou retornados da experiência de seringueiros, após o período de grande exploração do

extrativismo da borracha na Amazônia (Conceição, 1990, p. 266), formando-se assim a raiz do campesinato Bragantino.

“A Bragantina pela proximidade da capital, esteve a salvo do isolamento que marcou tantas outras experiências de colonização, sobretudo as dos núcleos coloniais em outros pontos do país por ter sido beneficiada pela existência da Estrada de Ferro e pela proximidade de Belém”(Conceição, 1994, p.50).

O objetivo principal da colonização dirigida era o incremento da produção agrícola, através da implantação de novas técnicas de cultivo trazidas pelos europeus, para suprir às necessidades dos moradores da Província e os trabalhadores dos seringais, porém o governo teve que se contentar com a farinha de mandioca, produzida, principalmente, por nordestinos, utilizando-se técnicas tradicionais, semelhantes às utilizadas pelos nativos da região (Egler, 1961; Conceição, 1990).

Com a utilização do “aviamento¹⁰”, houve uma concentração da riqueza na exploração do látex nos seringais, deixando os seringueiros cada vez mais miseráveis e descontentes com esta situação. Com a crise do extrativismo da borracha¹¹ a partir de 1910 (Conceição, 1990; Homma, 2000), estes seringueiros foram abandonando a extração, obrigando o governo a implantar uma política de distribuição de terras nas vilas formadas entorno da Estrada de Ferro de Bragança (EFB). As famílias recebiam lotes de 24 ha, com objetivo de produzir para o consumo e vender o excedente (Conceição, 1990; Egler, 1961). Tal política, fez com que a região Bragantina se tornasse a mais populosa do Pará na década de 50.

No período compreendido, entre os anos de 1960 e meados de 1980, com a escassez das matas, os agricultores, pressionados pela formação de grandes áreas de pasto, passaram a vender os seus lotes e migrar para os centros urbanos do interior ou da Capital. Daí se deu o

¹⁰ Relação de produção existente entre o seringalista (aviador) e o seringueiro (aviado) que consistia no fornecimento dos gêneros alimentícios, vestuários, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho pelo seringalista em troca da produção de látex realizada pelo seringueiro. Esta relação dava-se de forma monopolizada, onde o seringueiro mantinha-se prisioneiro do seu próprio processo de trabalho, realizado através do endividamento com o seringalista (Carvalho, 1984).

¹¹ Ressalta-se que o período o qual ocorreu o extrativismo da borracha nesta região, diferencia-se histórica e sociologicamente do processo de exploração de borracha na Área da empresa Paracreveva Borracha Vegetal S/A, não havendo neste estudo uma correlação entre os dois momentos distintos.

início do processo de acumulação de terra por colonos migrantes e fazendeiros que começavam a chegar na região em busca de grandes áreas (Cardoso, 2000; IAAM/CERIS, 2000).

Cardoso, ressalta que:

“O projeto agrário para as rodovias federais da região previa que as faixas de 6.600 m situadas em cada lado das estradas seriam reservadas para a instalação dos agricultores familiares em lotes de 24 ha ficando, para as fazendas, as áreas situadas além dessas faixas. Entretanto, o que se observou foi a expulsão dos agricultores familiares para áreas mais distantes, pois no bojo da política de ocupação da Amazônia a SUDAM através dos incentivos fiscais beneficiou os grandes proprietários, estimulando a expansão dos latifúndios improdutivos com base numa pecuária hiperextensiva” (Cardoso et al, 2000, p. 16).

A fauna existente começou a desaparecer em função do desmatamento para a implantação de pastos. A pecuária extensiva é a forma de expansão capitalista mais usada na Amazônia para a ocupação de novas terras. “A pata do boi”, juntamente com uma política de incentivos fiscais, definiu-se como uma atividade econômica e teve como resultado a concentração de terra para especulação, como reserva de valor (Conceição, 1994, p. 66).

A década de 80 foi marcada por grande êxodo rural, em decorrência da falta de transporte, crédito, educação precária e a pressão dos grandes projetos agropecuários, ficando apenas os que acreditavam na possibilidade de sobrevivência.

Para Cardoso (2000) o modelo de desenvolvimento aplicado na Amazônia favoreceu, através de estímulos fiscais, políticos e econômicos, a concentração de terras em larga escala, gerando graves conflitos sociais, além de grandes impactos ambientais.

As conseqüências dessas políticas tornam-se bem evidentes quando se consideram dois eixos:

“1 - As transformações sócio-ambientais decorrentes da abertura de estradas e do aparecimento de vilas e povoados ao longo das rodovias federais e, conseqüentemente, da intervenção humana sobre o meio ambiente, mudando a paisagem de mata para capoeira e em seguida pastos; 2 - A definição de políticas para a ocupação de terras devolutas, através do processo de grilagem, ocasionando a apropriação de grandes áreas de terras que, posteriormente, vieram a ser o principal motivo de sangrentos conflitos pela posse de terra entre agricultores e grandes fazendeiros que normalmente recebiam o incentivo financeiro e institucional do Estado”(Cardoso, 2000, p. 18).

A partir da segunda metade da década de 80 inicia-se, nas várias micro-regiões do nordeste paraense, a reorganização dos movimentos sociais, fruto do assenso nacional,

provocado pela abertura democrática do país que culminou na retomada da maioria dos STRs e, conseqüentemente, da FETAGRI a partir de 1987. O movimento chamado de “novo sindicalismo” (Antunes, 1991), foi o principal protagonista de uma série de ações no campo, buscando a reorganização sindical através da construção política de uma base de trabalhadores rurais e pequenos agricultores no Estado¹².

A luta pela posse da terra na região do Nordeste paraense, deu-se em grande parte entre posseiros e grileiros, que após a apropriação de grandes extensões de terras utilizando documentação falsa, expulsavam os agricultores que estavam há décadas nas áreas. Muitos dos assentamentos rurais, constituídos nesta região, foram criados a partir da regulamentação jurídica dos agricultores, que já viviam há anos nas localidades. Porém, este aspecto, não os isenta de terem passado por um processo de luta e conquista da terra, muitas vezes a custa de muitas mortes de pequenos agricultores e lideranças sindicais (Cardoso, 2000; Vasconcelos, 2000).

Outros assentamentos rurais foram conformados a partir das ocupações das áreas, realizadas por famílias geralmente organizadas em um movimento social, que após um longo período de resistência conseguem a posse da terra (Vasconcelos, 2000; Cardoso, 2001; Andrade et al, 1999).

Medeiros (1989) aponta os acampamentos e as ocupações de terras como mecanismos de luta pela terra, que se dão com o fim da Ditadura Militar, utilizadas como forma de pressão sobre o governo para apressar a desapropriação das áreas em disputa.

Dos vários fatores de diferenciação social e organização política, que envolveram tanto as regularizações de terras quanto as ocupações e formações de assentamentos rurais, a formação e evolução dos sistemas de produção das famílias de agricultores podem ser considerados um divisor de águas, em função, principalmente dos vínculos de relações sociais locais criadas nestas duas situações, como o tempo de consolidação destes sistemas,

¹² Ver o Capítulo VIII deste trabalho.

que dependendo, do grau de acumulação social, econômica e simbólica, podem ter diferenças significativas. O tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas e a forma de utilização da terra (coletiva ou individual) também são indicadores importantes da organização diferenciada do processo produtivo.

A trajetória histórica desta região possui elementos de tensões sociais que servem como base para a explicação das mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares, tanto no sentido sócio-econômico, quanto no aspecto técnico e ambiental, dando-lhes possibilidade de perceber a evolução dos sistemas de produção e a modificação da paisagem rural.

TABELA 03, verificam-se as áreas de assentamentos rurais criados até 2000, na região do Nordeste Paraense.

TABELA 03- Localização dos Projetos de Assentamentos na Meso-região do Nordeste Paraense até 2000.

MICRO-REGIÃO	MUNICÍPIO	PROJETO	ÁREA (ha)	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	DATA DE CRIAÇÃO
--------------	-----------	---------	-----------	------------------------	-----------------

GUAMÁ	Nova Esperança do Piriá	Arapuá Simeira	74.452,58	1.100	24/12/1996
		Cidapar 2° parte	35.081,58	513	10/01/1995
	Garrafão do Norte	Água Azul	4.281,31	90	23/12/1998
	São Domingos do Capim	Barcelona	1.676,40	35	24/07/1992
		União I	13.757,83	406	17/09/1987
		João Batista	3.042,62	76	29/04/1993
		Minas Pará	10.432,63	288	05/02/1996
		Bom Jesus	7.466,80	120	12/08/1993
		Candiru	9.951,00	200	30/10/1997
		Enalco	14.360,00	390	31/12/1998
		Irituia	Itabocal	39.690,25	1.000
	São Pedro		8.699,18	268	24/09/1987
	Aurora do Pará	Manoel Crescêncio de Souza	18.894,80	405	26/11/1986
		Imperasu	1.842,45	71	08/10/1999
		Rio Jaboti	16.437,63	542	23/09/1998
		Penetecaua	27.790,00	290	10/11/1998
	Capitão Poço	Paranoa	16.555,41	400	06/11/1998
		Rio Jaboti	16.437,66	542	23/09/1998
		Vale do Bacaba	13.065,38	522	25/08/1997
		Cidapar 1° parte	199.621,91	2890	05/11/1994
	Viseu	Cidapar 3° parte	40.478,03	600	05/01/1994
		Especial Quilobola Itamauari	5.377,60	33	16/07/1998
		Santa Luzia do Pará	Cristal Lopes	4.462,98	243
Bragantina	Sobrinho				
Tomé Açú	Acará	Benedito Alves	7.485,00	199	06/05/1988
		Bandeira			
		Calmaria I	13.467,00	240	13/11/1998
	Tomé Açú	Santa Maria I e II	4.252,10	140	02/09/1992
		Tropicália	4.356,00	60	03/10/1995
	Tailândia	Miritipitanga	3.344,42	106	02/09/1992
		Serra Negra	2.904	50	25/08/1997
	Moju	Olho D'água	9.737,00	130	09/11/1998
		Maravilha	8.650,67	140	10/06/1992
Calmaria II		13.467,00	240	13/11/1998	
TOTAL			662.422,26	11.681,00	

Fonte: Pesquisa e organização realizada pelo autor no INCRA/PA (SR - 01) em novembro de 2001.

CAPÍTULO V – A LUTA PELA TERRA EM SÃO FRANCISCO DO PARÁ

5.1- HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO DA TERRA

A trajetória de ocupação da terra foi contada por diversos agricultores, que a partir de relatos orais, reconstruíam seu passado e sua vida cotidiana ao longo dos anos vividos nesta

região. Procurou-se juntar estas peças, como um quebra-cabeça para construir o entendimento necessário sobre o presente no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

A primeira ocupação da área onde hoje configura-se como assentamento, deu-se por volta de 1935, em função da ferrovia Belém/Bragança, que facilitava o escoamento de produtos agrícolas. Esta ocupação deu-se com um engenho e um plantio de cana-de-açúcar, que ocupava parte do território, sendo o restante constituído de terras devolutas. O engenho era conhecido como “Granja Eremita”, pertencente a um senhor conhecido por Major Barros¹³. O engenho contratava como mão-de-obra, na época, moradores das vilas próximas e migrantes dos estados do nordeste brasileiro.

Em 1955, a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA, com sede em São Paulo, investiu recursos na região, comprando a área, estimulada por um decreto do então presidente da República Getúlio Vargas, que obrigava toda multinacional existente no Brasil a investir 20% (vinte por cento) dos recursos destinados ao país na Região Amazônica. O decreto também ressaltava que as empresas que cumprissem com a lei, tinham 20 (vinte) anos de isenção fiscal, o que ocorreu com a Goodyear em São Francisco do Pará, no período de 1955 a 1975.

No início do projeto a empresa chegou a contratar cerca de 1500 (mil e quinhentos) trabalhadores rurais, para a implantação dos seringais. Havia na área seringais nativos que serviram como ponto de partida para a realização de pesquisas para o alcance de seringais produtivos e resistentes.

No período da contratação dos trabalhadores, foram atraídas centenas de pessoas com o intuito de empregar-se na empresa. A contratação era realizada pelo gerente, chamado Sr. Jones (americano). Esta contratação dava-se principalmente através da relação de parentesco existente entre os já empregados na empresa e novos trabalhadores.

¹³ Nome identificado pela população do município.

A área ficou conhecida como “Granja Marathon”, e nos primeiros anos de implantação do projeto produzia borracha prensada (pré-beneficiada), que era enviada para São Paulo. A empresa também servia como atravessadora de borracha de outros produtores, devido ao incentivo fiscal que dispunha na época, não recolhendo impostos sobre o produto exportado.

A divisão social do trabalho na empresa dava-se de forma hierárquica, havendo: o gerente geral, um sub-gerente, um chefe de campo e da indústria, capatazes e os trabalhadores de campo que eram agregados em turmas que desenvolviam trabalhos específicos. As turmas de campo reuniam cerca de 10 (dez) a 15 (quinze) homens para desenvolver tarefas diversas, como plantio de seringueiras, roçagens, pulverizações, adubações, podas, colheitas, entre outras. Eram comandadas por um capataz e desempenhavam sempre a mesma tarefa, buscando a especialização. Contudo, havia uma rotação de mão-de-obra, principalmente pelas constantes demissões, fazendo com que funcionários especializados pudessem assumir postos superiores na hierarquia.

Na indústria de beneficiamento do látex havia poucos trabalhadores, tendo em vista que a fábrica era toda automatizada, necessitando apenas de controladores das máquinas. Trabalhavam em torno de 10 (dez) pessoas na fábrica.

Havia uma divisão social entre os trabalhadores de campo (*peões*) e os industriais compostos pelos funcionários da fábrica, almoxarifado e escritório (*do quadro*). Estes últimos ganhavam mais, tinham casas melhores e ocupavam um lugar de destaque na hierarquia da empresa em relação aos trabalhadores de campo.

Em 1975, a Empresa muda de razão social e passa a chamar-se Paracrevea Borracha Vegetal S. A., tendo 99% (noventa e nove por cento) do seu capital pertencente a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA. Com o fim dos incentivos a Empresa elabora um projeto buscando financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), onde buscava ampliar o seringal de 600.000 (seiscentos mil) para 1.400.000 (um

milhão e quatrocentos mil) pés, investir em infra-estruturas fixas e semi-fixas, uma fábrica de látex e a geração de 2000 (dois mil) empregos diretos até o ano de 2000.

O projeto foi aprovado pela SUDAM, concedendo-lhe também novo incentivo fiscal. Das metas estipuladas pelo referido projeto algumas não foram alcançadas, como o plantio de novas áreas, sendo feito apenas a metade do planejado e, conseqüentemente, a geração de empregos.

Com a queda do preço da borracha em 1989 no mercado interno, por conta da liberação das importações do produto vindo da Ásia, inicia-se uma significativa crise.

Em 1991 a Empresa reduz seu quadro funcional, iniciando um abandono dos novos plantios e preconizando a morte das seringueiras produtivas com o uso de sangrias inadequadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos, que além de dizimar as seringueiras, causou a contaminação dos igarapés que serviam às famílias dos trabalhadores.

Após o término do segundo projeto, em 1993, a empresa começa a ter sérios problemas de produtividade,¹⁴ tornando o projeto inviável economicamente. Com isso, a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA cria uma nova empresa no Estado de Mato Grosso, denominada de Araguaiahevea e transfere para lá todas as máquinas, veículos, implementos e equipamentos. Desta forma, visando saldar dívidas junto ao Banco de Crédito Nacional (BCN), a Paracrevea entregou a propriedade ao referido banco, ficando com a fábrica de produção de borracha granulada como arrendatária.

O novo proprietário da empresa realizou demissões em massa, reduzindo o quadro de funcionários de 300 (trezentos) para 30 (trinta), deixando apenas os serviços essenciais (administrativo). A partir desta ação, a empresa passou a incentivar a terceirização dos serviços através da criação de pequenas empresas, deixando de pagar os direitos trabalhistas. Foram

¹⁴ De acordo com Pinheiro et al “nos últimos anos de administração da GOODYEAR, os seringais produziam a média de 190 Kg de borracha seca/ha/ano. A média de produção dos seringais maduros de São Paulo é de 1200 Kg de borracha seca/ha/ano” (1997, p. 12)

criadas três empresas em forma de associação, onde os trabalhadores rurais eram responsáveis pela extração do látex nos seringais, repassando-o para a Paracrevea realizar o beneficiamento.

5.2 – A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E LUTA PELA TERRA NA EMPRESA PARACREVEA.

Ator importante na luta pela terra no Município de São Francisco do Pará, o STR foi o principal mediador do processo de conquista da área da Paracrevea Borracha Vegetal S. A. pelos agricultores familiares.

A história da organização sindical dos trabalhadores rurais no Brasil inicia em 1933, com a criação do primeiro sindicato em Campos-RJ (Pascoalotto & Hachbart, 1989). Porém a mobilização no campo, apenas se expandiu após a segunda guerra mundial, intensificando-se a partir da década de 1950. “Neste período, as principais formas de organização eram as ligas camponesas, associações de classe e sindicatos de trabalhadores rurais, difundidos principalmente a partir de variadas organizações políticas e/ou ligadas a igreja católica” (Colognese citado por Lazzaretti & Sabourin, 1999).

Com a crise interna das Ligas Camponesas enquanto organização, a partir de 1961, inicia-se o fortalecimento e consolidação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Medeiros, 1989).

De acordo com Guerra:

“Os STRs agregam agricultores e criadores que baseiam suas produções em culturas alimentares (feijão, arroz, milho, mandioca, fruteiras), em criações de animais de pequeno porte ou de bovinos, em pequena escala. Utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviço, possuem ou cultivam em até três módulos rurais (150 hectares) e se articulam ao mercado através dos excedentes dos seus cultivos. Assalariados e outras categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas) costumam se abrigar no mesmo sindicato...” (1999 p.01).

Com características semelhantes, o STR de São Francisco do Pará foi fundado em dez de junho de 1973, e é um dos principais mediadores envolvidos no processo de constituição do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, articulador e dirigente do processo de ocupação da

PARACREVEA, como demonstra o documento enviado ao INCRA/PA pelo então presidente do STRSFP na ocupação da antiga PARACREVEA:

“O Sindicato convocou uma Assembléia com os empregados para o dia 19 de março de 1996 e nessa foi definida uma greve do setor produtivo, campo e fábrica.....O Sindicato achando haver a situação ultrapassado suas esferas, uma vez que, o projeto apresenta fortes características de mudanças que irão influenciar a situação econômica, ecológicas e social dos trabalhadores e do próprio município (transformação da área da empresa em pasto para criação de gado) decidiu a ocupação da área até a resolução do problema”. (Orlando Silva – Presidente do STR - SFP, 1996).

No entanto, o sindicato já foi marcado pela imobilidade e pelo assistencialismo social no período da Ditadura Militar. Guerra & Marin ressaltam a criação de organizações sindicais sobre a tutela do Estado neste período: “forma-se uma visão do sindicalismo previdenciário, assistencialista e preocupado com ações legais junto a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, distante das questões discutidas nos dez ou quinze anos que antecederam o golpe de 1964”(1990, p. 51).

Durante o período da Ditadura Militar “as organizações nascem, consolidam-se e crescem com o apoio dos órgãos públicos” (Guerra & Marin, 1990, p. 52). As diretorias são esvaziadas e com constantes intervenções do Ministério do Trabalho, havendo até substituição dos trabalhadores por funcionários das DRTs que ocupavam cargos de presidência. As lideranças sindicais eram “presas, intimidadas, aterrorizadas” (Guerra & Marin, 1990, p. 52).

Em 17 de agosto de 1975 foi aprovado em Assembléia Geral a entrada do Sindicato na FETAGRI (dirigida pelos “pelegos”), com o objetivo de participar de um Programa de Bolsas de Estudos (PEBE) concedido pelo Ministério do Trabalho (Livro de Ata do STRSFP, em 17 de agosto de 1975).

Somente a partir do seu terceiro presidente, José Galvão de Lima, é que o STR passa a ter uma postura política frente à exploração dos latifundiários e empresários rurais da região. De acordo com Guerra & Marin (1990) formaram-se equipes de educação sindical que

promoveram encontros sobre a questão da terra e pouco a pouco foram assumindo novamente os sindicatos e em 1987, reassumem a FETAGRI, “numa perspectiva de novo sindicalismo” (Antunes, 1991), fato regional acompanhado pelo STR de São Francisco do Pará.

Desde 1986, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará (STRSFP) reorganizava-se, fazendo campanhas salariais anuais na Paracrevea (FIGURA 04 e 05), ganhando com isso, força no Município. A principal pauta do Sindicato dizia respeito ao cumprimento das metas estipuladas pelos projetos financiados pela SUDAM, principalmente no que se referia à geração de empregos e ao pagamento dos direitos trabalhistas dos empregados demitidos. O STRSFP era fortemente reprimido, havendo até listas dos nomes de sindicalistas que após suas demissões, eram repassadas para outras fazendas e empresas rurais da região, para evitar a contratação dos referidos trabalhadores.



FIGURA 04 – Trabalhadores na PA- 242, Km 30, em Campanha salarial no ano 1987.



FIGURA 5 – Sindicalistas e trabalhadores da Paracrevea, em Campanha salarial em 1987 em frente à prefeitura de São Francisco do Pará (Galvão - STRSFP, em cima da bicicleta).

Em 1995, a Empresa vendeu o patrimônio para o Sr. Odilon Claro de Oliveira Júnior, residente na cidade de Santana do Parnaíba em São Paulo que, segundo informações de dirigentes sindicais da época, pretendia transformar a área em um projeto pecuário com implantação de criação de gado bovino, como demonstra o discurso de um sindicalista, membro do STRSFP que acompanhou o processo de ocupação:

“...Em 1994, quando foi vendida a empresa pra um grupo de fazendeiros, mas aí foi feito um acordo, um contrato entre a PARACREVEA e o Odilon, que foi o fazendeiro que comprou, que chama-se um contrato de comodato. As terras era do Odilon, todo patrimônio e a PARACREVEA ficou só com seringal, pra explorar o seringal. Isso daí o contrato foi por dois anos. Em 1996 foi que nós descobrimos que a empresa tinha sido vendida e tinha sido feito esse contrato, quando tava terminando e o objetivo era acabar com o seringal e depois transformar num pasto pra criação de gado, isso logicamente ia dá serviço pra o que?, nem pra dez pessoas. Todas as casas que tinha lá, todo aquele patrimônio ia ser tudo vendido, tudo desmanchado e o mato ia cobrir tudo” (João Carlos, 33 anos, em entrevista ao autor em 25/05/2001).

Em 24 de maio de 1996, o STRSFP e a Cooperativa Livre União de São Francisco do Pará (COOLIVRE), criada a partir de uma experiência de um Grupo de Mutirão Agrícola,

juntamente com 108 famílias de trabalhadores da Paracrevea, fizeram uma greve de ocupação na Empresa.

Com a ocupação, a COOLIVRE transfere-se para dentro da área, onde os trabalhadores assumem todo o controle da produção, organizando-se para o plantio de culturas de subsistência e extração do látex. A ocupação é iniciada com 108 famílias, mas rapidamente o número de ocupantes sobe para aproximadamente 300. Estes agricultores foram cadastrados pelo STR para ser acampados no intuito de fortalecer a ocupação. Contudo, é feita uma seleção entre as famílias, permanecendo em torno de 230 na área. A seleção é realizada a partir dos seguintes critérios: prioridade aos trabalhadores da Empresa, aos trabalhadores demitidos da mesma e, aos sem-terras da região que participaram do processo de ocupação da área.

O que se verifica nessa ocupação é uma história de operários agrícolas, ligados à terra da Empresa por um longo período de mais de sete décadas. Assim como se encontram estudos de operários urbanos que criam ligações afetivas com suas empresas por terem participado de sua história. Isto parece um caso específico de um operariado rural que, na eminência de uma falência da empresa, se dispõem à uma gestão coletiva ou ao aproveitamento de terra por conta de ligações econômicas, mas também afetivas com esta área. A história da íntima relação com a terra justifica as ocupações, os projetos de assentamentos e melhoria do lugar e adquire uma feição de relevância.

Este legado se reforça pela participação na implantação de toda a estrutura ali existente (seringal, instalações físicas, escolas casas, etc.), o que dá um sentido de pertinência muito forte. Este sentimento de pertinência pode ser expresso pelo discurso dos mais antigos.

Hoje o STR de São Francisco, tem um número de 4.055 (quatro mil e cinquenta e cinco) sócios que se inscreveram desde sua fundação e 1.532 (mil e quinhentos e trinta e dois) sócios que pagaram alguma mensalidade no ano de 2001. Na TABELA 04 demonstra-se as diferentes categorias de participantes no Sindicato.

TABELA 04 – Categorias de sócios do STR de São Francisco do Pará

CATEGORIA	Nº DE SÓCIOS
APOSENTADOS	794
AGRICULTORES	728
ASSALARIADOS RURAIS	10
TOTAL	1.532

FONTE: STRSFP (2001)

Existem sindicalizados em todas as “comunidades” rurais e na sede do Município de São Francisco. Segundo o atual Secretário Geral, esta tem sido uma das prioridades de sua gestão, tendo sido feitas várias campanhas de sindicalização ao longo do seu mandato. Na TABELA 05 estão os números de sócios quites até dezembro de 2001, por “comunidade”.

TABELA 05 – Número de sócios quites do STR de São Francisco do Pará por comunidades.

COMUNIDADE	Nº DE SÓCIOS
1. GRANJA MARATHON	89
2. KM 94 NORTE	43
3. SEDE DO MUNICÍPIO	41
4. KM 96	28
5. TRAVESSÃO DO PRATA	21
6. JAMBU – AÇU	20
7. CIPOAL	18
8. KM 92	18
9. KM 94 SUL	18
10. KM 98	17
11. CARANÃ	16
12. SANTA LUZIA	15
13. LARANJAL	12
14. GUANABARA	11
15. AREAL	10
16. KM 21	07
17. INHANGAPI	06
18. CARMO	05
19. KM 91	04
20. SÃO CEZÁRIO	04
TOTAL	403

FONTE: STRSFP (2002).

Nota-se na TABELA 05, que o Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (granja Marathon), possui o maior número de sindicalizados, fruto das incursões do STR e principalmente da resposta econômica que o mesmo tem dado após os processo de lutas. Hoje, o Assentamento é considerado um espaço estratégico para o movimento sindical do Município, não apenas como modelo a ser seguido por outros trabalhadores que desejem conquistar sua terra, mas como polo de aglutinação política, necessário nos momentos de lutas no campo político local e regional.

Medeiros & Leite (1997) ressaltam que os assentamentos fortaleceram os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituíram em prova da eficácia das pressões intensas, em especial das ocupações de terra e acampamentos; provocaram rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade (não só em termos de criação de novos organismos ou reformulação dos existentes, nos governos estaduais e federais, mas também de novas leis e regulamentações); geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com

reflexos na economia municipal e regional; alteraram, em maior ou menor medida, as relações de poder local.

No QUADRO 02 demonstra-se os Presidentes do STRSFP, desde sua fundação até os dias atuais e suas principais características de atuação no Município.

QUADRO 02 – Presidentes do STR de São Francisco do Pará e suas principais características de atuação

Nome do presidente	Período do mandato	Principais características de atuação
José da Costa Fernandes	1973 – 1975	Sindicalismo assistencialista e mediador, controlado pelo Estado.
Francisco Padre de Vasconcelos	1975 – 1978	Sindicalismo assistencialista e mediador, controlado pelo Estado.
José Galvão de Lima	1978 – 1984	Promoveu uma mudança na maneira de atuação do sindicato, propondo discussões políticas e enfrentamentos diretos com os latifundiários e empresários rurais da região (novo sindicalismo).
Luiz Lopes Sobrinho	1984 – 1987	Aprofundou as mudanças mantendo uma postura classista e lutando pelos direitos dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores no município e região.
Antônio Gomes da Silva	1987 – 1993	Continuou os avanços políticos obtidos nas duas últimas gestões. Contudo, inicia um sindicalismo clientelista ligado aos poderes municipais.
Orlando Lima Monteiro	1993 – 1999	Sindicalismo apoiado no trabalho de base. Nesta gestão que ocorreu a desapropriação da área que deu origem ao assentamento em estudo.
João Carlos Sousa Lima	1999 – aos dias atuais	Atual gestão privilegia a ação direta dos trabalhadores. Conduz um sindicalismo assistencialista, mas de luta.

FONTE: STR de São Francisco do Pará (livro de atas), 2001.

PARTE III - TERRA E TRABALHO NO ASSENTAMENTO LUIZ LOPES SOBRINHO

CAPÍTULO VI - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: OS VÍNCULOS DOS GRUPOS LOCAIS.

6.1- AS FAMÍLIAS ASSENTADAS E SUA CONFORMAÇÃO SOCIAL.

Os assentamentos rurais tendem a conformar grupos sociais complexos e diferenciados. Das 223 famílias ocupantes, 108 já moravam na área da empresa e alguns de seus membros eram funcionários da mesma. As demais famílias foram cadastradas pelo STR de São Francisco do Pará, ao longo do processo de ocupação, como estratégia política para aumentar o poder de negociação junto ao INCRA. São na maioria paraenses vindos de diversos Municípios do Nordeste do Pará e em menor quantidade, nordestinos de vários Estados, principalmente do Ceará, conforme demonstra a FIGURA 06. Muitos assentados nasceram na área e também nas proximidades, onde hoje é o assentamento.

FONTE: INCRA SR 01(2001)

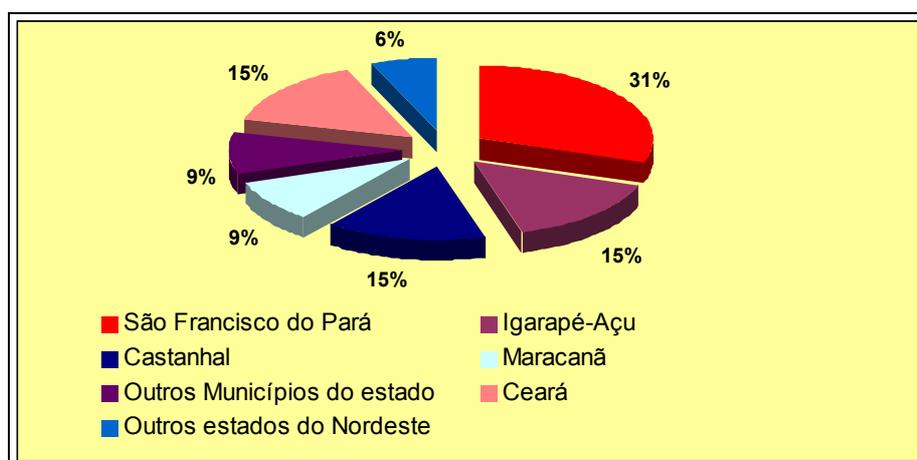
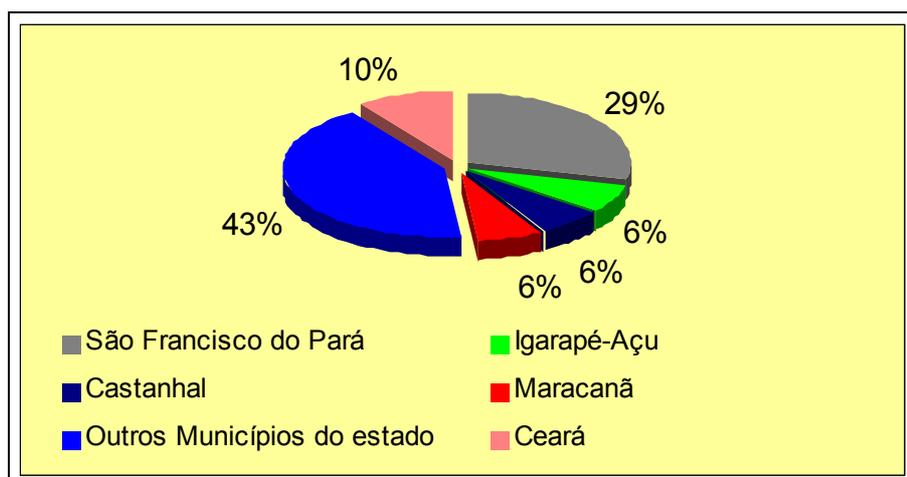


FIGURA 06 – Local de nascimento dos agricultores do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho

A trajetória social percorrida pelos assentados é um indicador da constituição dos vínculos das relações locais. Antes da existência do assentamento muitos agricultores, mantinham relações de parentesco e/ou compadrio, a partir dos vínculos construídos no período em que trabalhavam na Empresa e/ou quando moravam próximos a mesma. Isto significa, que as relações atuais verificadas nas entrevistas de campo, são decorrentes destes vínculos

formados anteriormente ou construídos durante o processo de ocupação até a efetivação do assentamento.

Outro aspecto importante, diz respeito à constituição familiar, onde se percebeu que as companheiras¹⁵ dos agricultores nasceram em localidades próximas as dos seus companheiros, como mostra a FIGURA 07. Notou-se que os grupos familiares existentes no assentamento, já possuem uma trajetória de vida em comum, constituindo-se em uma consolidação das unidades de produção e consumo (Chayanov, 1981). No entanto, a dinâmica de saída e retorno dos filhos e filhas dos agricultores, principalmente quando estes ultrapassam as séries escolares oferecidas dentro do assentamento¹⁶, faz com que haja uma constante variação nestas unidades de produção e consumo.



FONTE: INCRA SR 01(2001)

FIGURA 07 – Local de nascimento das companheiras dos agricultores do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Os grupos familiares possuem em média 5 (cinco) pessoas, entre adultos e crianças. Em relação à quantidade de pessoas no Assentamento, fez-se um levantamento a partir de informações da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrado pela TABELA 06.

TABELA 06- Número de famílias por vila no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho - São Francisco do Pará

¹⁵ As entrevistas de campo foram feitas com os “chefes de famílias” (agricultores) e o termo “companheira” será utilizado neste trabalho, significando a mulher com quem o agricultor vive, independentemente de ser casado na igreja (católica ou evangélica), junto e/ou casado juridicamente.

¹⁶ No assentamento existem três escolas de ensino fundamental em regime multi - seriado, ou seja, uma professora leciona duas séries ao mesmo tempo.

NOME DA LOCALIDADE	Nº DE FAMÍLIAS	QUANT. DE PESSOAS POR VILA
VILA XAPURI 4	1	16
BARRAÇÃO 2	1	2
VILA NOVA 4	2	15
VILA XAPURI 3	4	27
VILA NOVA 3	8	43
VILAS NOVAS 1	11	51
VILAS NOVAS 2	13	51
VILA XAPURI 1	13	58
VILA VELHA	17	101
VILA XAPURI 2	17	84
VILA COHAB	32	108
VILA MODELO	53	276
TOTAL	172	832

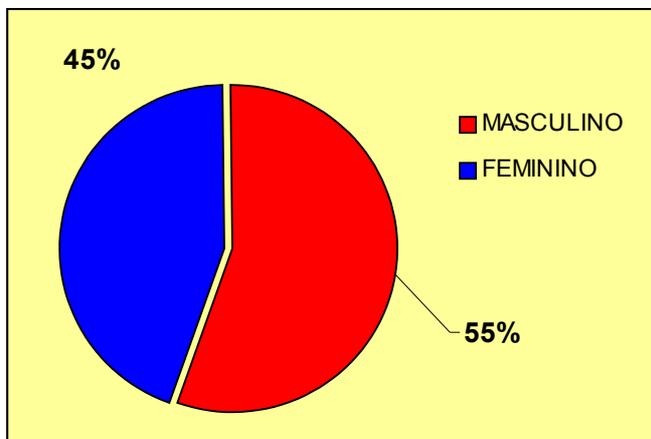
FONTE: SMS/São Francisco do Pará (Fev- 2002)

De acordo com o Sr. Raimundo Nonato, Agente de Saúde Municipal, assentado e responsável em atender às famílias residentes no assentamento, estes dados estão superados, pois dizem respeito ao senso do ano de 2001 e com a liberação do Crédito Habitação¹⁷ pelo INCRA, muitas famílias que residiam fora do assentamento ao construírem suas casas retornaram para o mesmo, somando-se hoje mais de 1000 pessoas na área total do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

As relações entre homens e mulheres no assentamento são marcadas por comportamentos sociais tradicionais no campo, onde o homem atua no domínio externo à família e a mulher cuida do domínio interno, ou seja, o ambiente doméstico. Há no assentamento, mais homens do que mulheres como mostra a FIGURA 09. Observou-se que várias mulheres ocupam posições de destaques na estrutura de domínio externo local, como sindicalistas, professoras e membros das diretorias das associações e da cooperativa, demonstrando uma possibilidade de mudança das relações de submissão. Quando a mulher passa a assumir papéis no domínio externo, tem dificuldades em contribuir com as atividades

¹⁷ Crédito liberado pelo INCRA através da Caixa Econômica Federal, no 2º semestre de 2001, no valor de R\$ 2.500, 00 por família assentada, pagáveis em 20 anos.

agrícolas da família. Contudo, continua assumindo as tarefas domésticas diárias, caracterizando uma dupla jornada de trabalho.

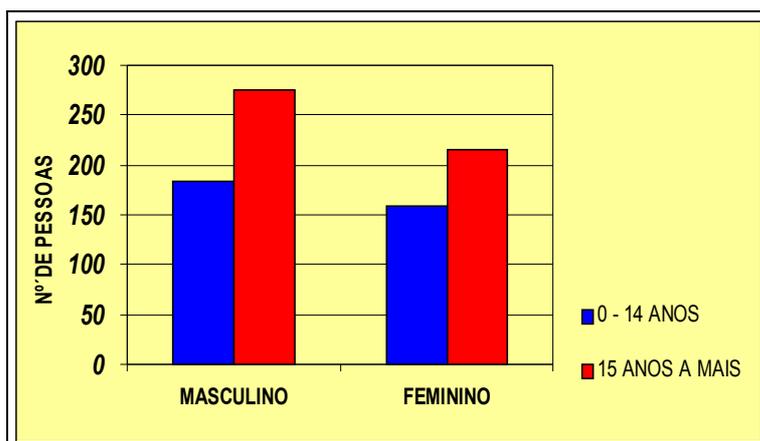


FONTE: SMS/São Francisco do Pará (Fev -2002)

FIGURA 08 – Relação entre homens e mulheres residentes no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho

O assentamento possui uma população juvenil bastante expressiva (FIGURA 09). Este aspecto remete a possibilidade de reprodução social dos grupos familiares locais. Porém, a proximidade com os centros urbanos, possibilitando a construção de uma mentalidade de consumo; a falta de infraestrutura social, como escolas com ensino médio; a possibilidade de lazer; a capacitação na área agrícola e a falta de possibilidades do jovem se auto sustentar no campo¹⁸ tem contribuído para estes saírem cada vez mais das casas de seus pais com o objetivo de *tentar a vida em outro lugar*.

¹⁸ Relatos dos jovens assentados sobre suas perspectivas de vidas, organizados pelo autor em 2002.



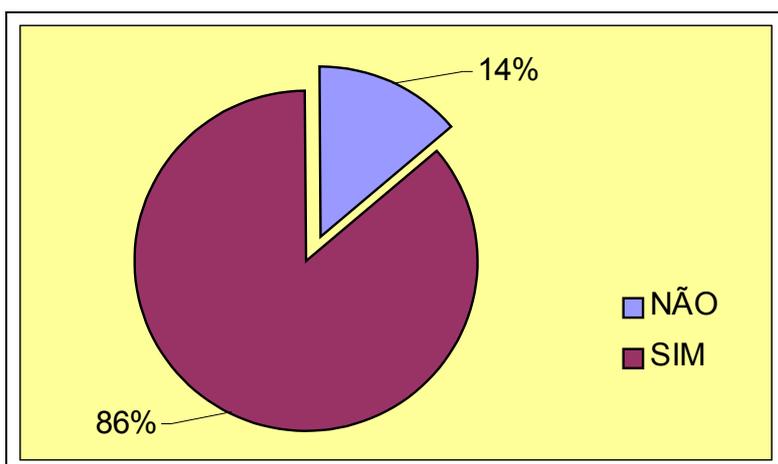
FONTE: SMS/São Francisco do Pará (Fev -2002)

FIGURA 09 – Relação de homens e mulheres com diferentes idades no assentamento.

A percepção dos agricultores no que diz respeito à saída dos filhos para a cidade, está relacionada ao grau de dificuldade e a penosidade do trabalho que os mesmos desenvolvem, bem como as possibilidades de reprodução social e econômica. Quando o agricultor considera sua atividade muito penosa e sem muitas perspectivas, normalmente diz não querer o filho realizando seu trabalho.

“Quero que meus filho estude pra não passar toda essa dificuldade que passei. Sempre trabalhei muito pra poder livrar o do comer em casa. Desde os 10 anos trabalho com meu pai e meus irmão na lida da roça e nunca me interessei de estuda. Graças a Deus e nossa senhora nunca passemos fome...”(Agricultor, 56 anos em entrevista de campo ao autor em 2001).

No discurso do agricultor supracitado, percebe-se uma certa nostalgia a respeito do trabalho desenvolvido com o pai e seus irmãos no passado, mas nota-se uma satisfação na garantia do autoconsumo da família: *“nunca passemos fome”*. Na mesma fala, há uma negação desta situação de penosidade para seus filhos. Entretanto, quando há necessidade de utilização de mão-de-obra nas atividades agrícolas, ocorre uma prioridade no trabalho na roça, em relação ao estudo. A FIGURA 10 demonstra o índice de alfabetização dos moradores dos assentamentos, excluindo as crianças abaixo de seis anos. Foram consideradas alfabetizadas as pessoas que sabiam escrever seus nomes.



FONTE: SMS/São Francisco do Pará (Fev -2002)

FIGURA 10 – Índice de alfabetização no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho

A proximidade dos centros urbanos, a história de vida dos agricultores, relacionada com idas e vindas de cidades do interior paraense e moradias nas periferias destas, são elementos que contextualizam a necessidade da aprendizagem de escrever e ler minimamente.

Em relação à forma de divisão espacial no assentamento, buscou-se aproveitar a estrutura já existente, construída durante o funcionamento da empresa Paracrevea, concentrando-se em duas vilas: Vila Marathon, onde moram 109 (cento e nove) famílias, divididas em vilas menores (Chapuri I, II, III, Nova I, II, III, IV, Cohab), e Vila Modelo onde moram cerca de 65 (sessenta e cinco) famílias. As demais famílias moram nas sedes dos Municípios de São Francisco do Pará e Igarapé Açu, mantendo atividades agrícolas na área do assentamento, como plantios de roças e/ou extração de látex dos seringais. As casas existentes nas vilas foram apropriadas pelos agricultores durante o processo de ocupação. Com a liberação do crédito habitação pelo INCRA os assentados estão reformando suas casas (FIGURA 11).



FIGURA 11 – Agricultor reformando sua casa na Vila Marathon.

A construção e reforma, das casas foi discutida em uma Assembléia geral, ocasião em que ficou definido que os próprios agricultores iriam construí-las ou reformá-las. Contudo, foi aprovada pela assembléia, a liberação de R\$ 300, 00 (trezentos reais) do recurso da habitação, para remunerar a mão-de-obra, compensando os dias em que os agricultores deixassem de ir para o trabalho no *centro*.

No geral, as reformas e construções foram realizadas por pedreiros contratados de fora do assentamento, devido poucos agricultores dominarem o saber sobre a construção das casas. Muitos agricultores trabalharam nas obras como ajudantes, desenvolvendo tarefas braçais, como: fazer massa, carregar aterro, tijolos entre outras atividades. Percebeu-se que a remuneração pelos trabalhos de construção nem sempre davam-se por dinheiro, mas também por troca de animais, permuta de serviço e até pelos materiais retirados da casa como telhas e madeira. Esta negociação dava-se em maior ou menor intensidade, dependendo das relações sociais existentes entre o contratante e o contratado do serviço.

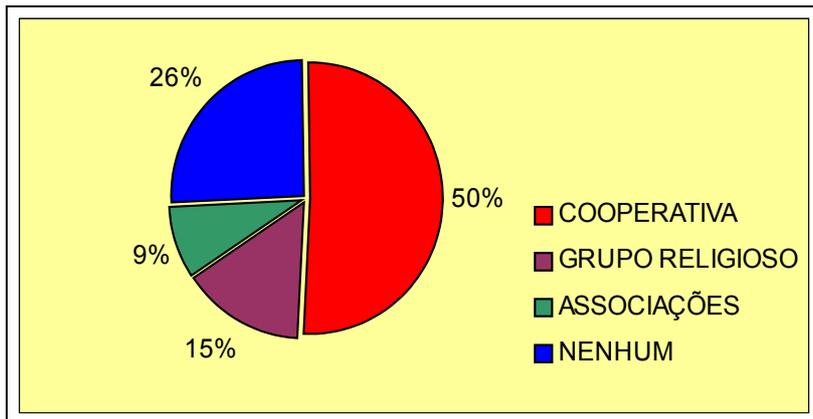
Muitos agricultores que moravam fora do assentamento ou em instalações da antiga empresa - laboratórios, barracões almoxarifado, etc – estão construindo suas casas nas vilas ou fora delas para morarem na área do assentamento.

Teófilo Filho (1994, p. 115), revela que a decisão de um adensamento em núcleo comunitário em um assentamento onde realizou seu estudo sobre organização da produção, deu-se por três motivos: “*gera mais união*”, ficaria mais fácil e barato conseguir implantar uma infra-estrutura de serviços e a terceira se referia ao seu principal sistema de produção: a criação de gado de forma semi-extensiva, não necessitando de uma permanência no lote.

A infra-estrutura da empresa foi o principal motivo para os assentados do Luiz Lopes Sobrinho decidirem este tipo de organização, pois a partir do Crédito Habitação muitos agricultores estão fazendo suas casas próximas do local de trabalho, não permanecendo nas vilas.

Estas conformações sociais contribuem para uma formação de grupos de agricultores específicos no assentamento. Porém, outras características de conformação social e econômica são marcantes na construção de relações sociais que caracterizam os grupos familiares no assentamento dando-lhes aspectos de heterogeneidade, como a religião, a trajetória de vida, o parentesco, o compadrio, o saber empírico acumulado e a organização formal a que pertencem dentro do assentamento (Zimmermann, 1994).

Quando se perguntou qual a organização social que os assentados participavam, cerca de 26 % (vinte e seis por cento) responderam que não participavam de nenhuma organização (FIGURA 12), mesmo tendo seus nomes incluídos nas listagens de sócios da cooperativa ou das associações. 15 % (quinze por cento), respondeu que participava de grupos religiosos, sendo deste universo, a maioria evangélica, revelando um elemento de identidade social com a religião a que pertencem.



FONTE: SMS/São Francisco do Pará (Fev -2002)

FIGURA 12 – Participação nas organizações sociais do assentamento

No que diz respeito, às famílias assentadas, uma rede de relações é tecida (Silva, 2000), onde cada família está inserida num determinado contexto social. constatou-se a conformação de grupos distintos de agricultores em relação às atividades desenvolvidas no assentamento. No entanto, estas conformações são extremamente dinâmicas, havendo mudanças constantes no cotidiano dos assentados.

Tais mudanças estão relacionadas com o grau de inserção do assentado nas redes de comercialização, trabalho, negociação com agentes externos, parentesco, compadrio e poder local. Pode-se identificar quatro grupos no assentamento: os seringueiros; os agricultores tradicionais; os agricultores comerciantes e os que não tem a agricultura como atividade principal de remuneração.

O grupo dos seringueiros, geralmente ex-assalariados da empresa Paracrevea, possuem um saber próprio sobre a extração do látex e todo processo de produção da borracha. Geralmente são pessoas antigas no assentamento ou filhos destas, que já moravam nas vilas antes de disputar e conquistar a terra. Em função da decadência cada vez mais eminente dos seringais, devido à falta de condições financeiras para realizar os tratos culturais necessários

para o controle do mal das folhas¹⁹, os seringueiros têm procurado diversificar suas atividades, plantando roças e investindo em culturas perenes que substituam os antigos seringais. Eles costumam plantar suas culturas nas áreas do seringal ou próximo deles para poderem dividir o trabalho entre a extração do látex e as outras atividades. Muitos já deixaram de trabalhar com a seringueira e quando isto ocorre, vendem o direito de explorar a sua antiga quadra para outro agricultor ou repassam para os filhos, que já dominam o saber sobre a cultura através da transferência feita pelo pai.

O grupo formado por agricultores tradicionais chegou no assentamento durante o processo de ocupação, foi atraído pela perspectiva de conquistar um pedaço de terra. São agricultores com características do campesinato bragantino: meeiros, arrendatários, assalariados rurais, posseiros ou filhos destes. Trabalham geralmente com roças no sistema corte queima, onde plantam o arroz (em menor quantidade), feijão, milho, melancia, maxixe e principalmente a mandioca. Alguns agricultores deste grupo em substituição à roça, tem procurado investir em culturas perenes como a pimenta-do-reino, caju, cupuaçu, banana, açaí e urucu. Na maioria das vezes esses agricultores cercam sua área com arame ou pedaços de bambus (FIGURA 13).

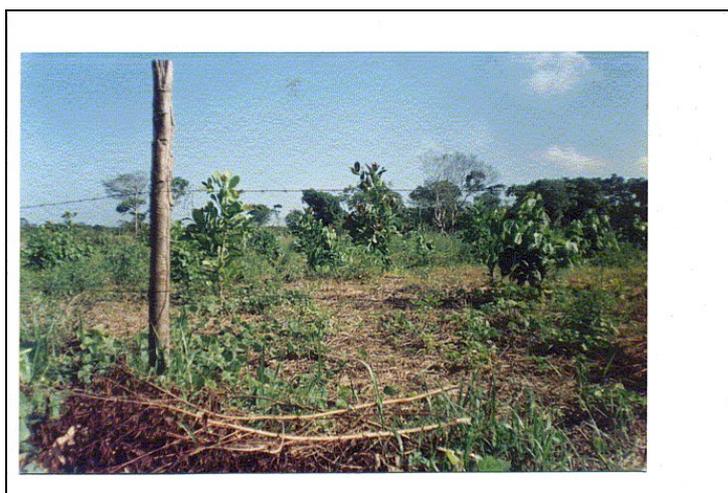


FIGURA 13 - Utilização de cerca no plantio de caju próximo a Vila Modelo.

¹⁹ Todos os clones plantados pela antiga empresa estão infectados com a doença chamada mal das folhas, provocada pelo *microcyclos ulei* (Pinheiro et al, 1997).

Há um grupo de agricultores que tem se especializado na comercialização dos produtos do assentamento e freqüentemente funcionam como atravessadores dos produtos, levando para as feiras ou concentrando em suas casas para vender a outros atravessadores.

Alguns têm agregado valor a tais produtos através do seu beneficiamento, como é o caso da mandioca, comprada em caixa ou rede²⁰ e após seu beneficiamento vendida como farinha. Geralmente, contratam mão-de-obra temporária ou *dão de meia*²¹ para outros agricultores quando o número de pessoas que trabalham na família é insuficiente para atender a necessidade nos períodos em que a produção exige um maior número de trabalhadores.

Um último grupo é formado por pequenos comerciantes de produtos industrializados e gêneros alimentícios, alguns sindicalistas, aposentados, pessoas que trabalham fora do assentamento e um vereador, que mora no assentamento por intermédio de seu filho assentado. È comum possuírem roças e/ou plantios pequenos, não sendo estas suas atividades principais de remuneração. Fazem parte da convivência social do assentamento, participando de reuniões, assembléias, entidades formais (associações e cooperativa), atividades religiosas entre outras.

Do ponto de vista da construção das relações sociais locais, este último grupo possui uma importante influência na comunidade, seja pela relação de venda dos produtos alimentícios a prazo, constituindo uma rede de “dependência”, seja pela relação política local, através da qual o vereador e os sindicalistas possuem influências em campos opostos em relação ao poder público, sendo o primeiro de conciliação e diálogo e o outro de reivindicação e exigência.

6.2 - AS ORGANIZAÇÕES FORMAIS E O JOGO DO *PRODUZIR COLETIVO*.

Entende-se por organizações formais aquelas estruturas criadas pelos agricultores que não tem apenas uma representação política, mas também um reconhecimento jurídico, realizado

²⁰ Formas utilizadas para medir a quantidade de mandioca: uma caixa corresponde a ¼ de um saco de 60 kg e uma rede ½ deste (trabalho de campo, 2001).

²¹ Termo utilizado quando um agricultor possui uma roça e dá para outro fazer a farinha, ficando com metade do que for produzido.

tanto pelos agricultores como por outros atores envolvidos no processo de luta pela terra (entidades estatais, organizações não governamentais, igreja e entidades de representação profissional). Na TABELA 07 verificam-se as organizações formais e os respectivos números de associados que as compõem.

TABELA 07 – Organizações formais dos agricultores do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

ORGANIZAÇÕES FORMAIS	ANO DE FUNDAÇÃO	Nº DE ASSOCIADOS
COOLIVRE	1993	128
APRUCOM	1998	68
APRUMO	2000	27
TOTAL		223

FONTE: Entrevista com Lideranças do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho (2001)

Estas instituições são formadas a partir da criação de “regras do comportamento social” (Nitsch, 1995, p.2), onde dependendo de sua dinâmica, poderá suportar ou não as pressões externas e os conflitos internos sempre existentes na vida social (Nitsch, 1995).

O surgimento da Cooperativa Livre União de São Francisco do Pará (COOLIVRE), deu-se anteriormente à formação do assentamento, através de uma articulação do STR de São Francisco, que na busca de construção de um processo de autonomia sindical, conseguiu fundar uma entidade que desse um apoio econômico - social ao Sindicato.

Em 1991 o STR de São Francisco do Pará através de um financiamento de cooperação internacional do Fundo Canadá, comprou uma área de 19 ha e um trator (FIGURA 14) para iniciar um trabalho de produção em regime coletivo através de mutirão. Trabalhavam no projeto cerca de dez famílias de agricultores desempregados e sem terra. De acordo com um dirigente sindical, este projeto foi criado para:

“Dar trabalho a lideranças de delegacias sindical que eram despedidos e não conseguiam arrumar emprego, pois os latifundiários passavam uma lista com seus nome nas fazenda da região” (Couve, 57 anos, em entrevista ao autor, 2001).



FIGURA 14 – Trator comprado com recurso do Fundo Canadá pelo STRSFP.

Na referida área eram plantadas culturas de subsistência como: milho, feijão, mandioca e hortaliças. Este grupo ficou conhecido como “Grupo de Mutirão Agrícola”.

Alguns dirigentes sindicais, incentivados pelo ideal cooperativista²², em 1993 propuseram a criação de uma Cooperativa de pequenos agricultores e trabalhadores rurais para facilitar o processo de comercialização e eliminar²³ os atravessadores de produtos agrícolas. Em 02 de agosto de 1993, no Km 92 do Município de São Francisco, com a presença de 25 (vinte e cinco) pessoas, ocorreu a Assembléia Geral de constituição da Cooperativa Agrícola Livre União de São Francisco do Pará. Para sua constituição jurídica o STRSFP doou a área do “Grupo de Mutirão Agrícola” e os sócios contribuíram com 1000 (mil) cotas partes, tendo como primeiro presidente Abinedego Galvão de Lima (Ata de constituição da COOLIVRE, 1993).

Durante o período que esteve funcionando na sede do Município de São Francisco, a COOLIVRE, desenvolveu trabalhos de produção em regime de mutirão na área doada pelo STRSFP e através de seu intermédio, foram concedidos créditos do FNO-especial para Associações de pequenos agricultores. Funcionou ainda como entidade de negociação política com órgãos do Estado, na esfera municipal, estadual e até mesmo federal, como foi o caso da

²² Em 1992 com a conquista de uma linha de crédito específica para a produção familiar, Sindicatos, EMATERs e Bancos incentivaram a criação de cooperativas e associações para facilitar o acesso ao recurso. No mesmo período, entidades ligadas a igreja católica incentivavam atividades cooperativas, como as cantinas e mutirões coletivos.

²³ É comum se utilizar o termo " Eliminar o atravessador" entre as organizações associativas e sindicatos militantes.

participação na negociação da desapropriação do complexo agro-industrial da PARACREVEA Borracha Vegetal S. A.

De acordo com documento do INCRA, a constituição de uma entidade organizativa, no sentido da produção, era uma garantia de viabilidade econômica de um futuro projeto de assentamento na região (MAARA/INCRA, 1998). É obvio que a constituição de uma entidade organizativa, por si só, não é suficiente para garantir a viabilidade econômica de um projeto de assentamento, embora se constitua em um elemento importante e que pode contribuir muito para isso.

Após a ocupação da PARACREVEA os trabalhadores rurais e agricultores, em assembléia geral discutiram e aprovaram a transferência da COOLIVRE para dentro do futuro projeto de assentamento, no intuito de coordenar o processo de produção e comercialização. Neste período todos os ocupantes passaram a fazer parte da Cooperativa. A coordenação da ocupação foi formada a partir de comissões de: produção, saúde, segurança, habitação, educação, lazer e desporto. Desta forma, a ocupação funcionava com uma “Coordenação ampliada”, formada pelos membros das comissões e da diretoria da COOLIVRE.

A Cooperativa elaborou um documento e entregou ao INCRA, onde propunha um projeto de produção considerando o curto, médio e longo prazo (ANEXO 06). Este na prática teve grandes problemas para sua implantação, contudo foi um importante elemento de negociação com o órgão do Estado para a conquista da terra.

A organização do trabalho no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, passou por um processo de discussão entre as famílias, no período de ocupação da área, tendo havido duas propostas iniciais: uma de exploração familiar em lotes, com divisão e titulação para cada assentado; e outra encampada pelas lideranças sindicais do STRSFP, onde o processo de produção e venda seria coletivizado. Optou-se por uma proposta que fundisse as duas anteriores, onde a propriedade das terras ficou sendo coletiva, sem divisão de lotes, e a

exploração dos seringais era realizada de forma individual, com a comercialização realizada pela COOLIVRE após a sua sede transferida para o assentamento.

Contudo, a coletivização das terras e da produção não se configurou uniformemente, tendo havido uma série de problemas com relação à aplicação prática da proposta. A gestão da área ocupada passou a ser realizada pelos agricultores. Entretanto, as comissões que funcionavam no período de ocupação, a partir da desapropriação começaram a entrar em conflitos.

Os principais problemas, segundo uma das lideranças atuais do assentamento, estavam relacionados com a vinculação direta das comissões à direção da COOLIVRE, havendo uma centralização de decisões, que não passava pelo conjunto dos agricultores ocupantes.

Os representantes da COOLIVRE, neste período, trabalhavam na perspectiva de um processo de coletivização da produção, porém havia um grande número de agricultores que divergiam desta proposta.

Em 23 de novembro de 1998, houve a criação da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Modelo (APRUCOM), fruto de divergências políticas e administrativas entre um grupo de agricultores e a direção da COOLIVRE, que após a constituição do assentamento passam a disputar o poder político e a legitimidade de representação no assentamento. Para Zimmermann (1994, p.205), “no cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos”.

Incentivada também pelo INCRA, a APRUCOM seria uma entidade que cumpriria um papel organizativo na Vila Modelo, tendo em vista que, o escritório da COOLIVRE situava-se na Vila Marathon. No entanto, muito mais que um problema de localização geográfica, a criação de uma outra entidade formal dentro do assentamento representava uma divisão de poder e representação política dos agricultores e um enfraquecimento do movimento criado a partir do processo de ocupação da PARACREVEA.

Devido a uma administração da Cooperativa, fortemente contestada pelos agricultores, realizada pela sua primeira diretoria, no que dizia respeito à gestão do patrimônio adquirido com a contribuição dos associados através do Crédito Fomento²⁴, recurso liberado pelo INCRA, e a disputa pelo poder político no assentamento, houve a criação da associação como demonstra um representante da mesma:

“A Associação foi fundada porque, quando nós tava aí, trabalhando com a Cooperativa né, aí a organização da Cooperativa não deu pra nós, do jeito que a gente queria trabalhar, aí fizemos um grupo Num dava pra nós ficarmos porque, vamos dizer assim, a gerência que tava lá, tomando de conta só queria pra ele. Nós tava sabendo que nós tava ficando sendo inrolado por ele. Aí vendo assim que não dava certo foi o jeito, se separar” (Presidente da APRUCOM, entrevista de campo, 2002).

Para o representante da Associação a maneira como eram tomadas as decisões na cooperativa não respeitava os interesses de todos os sócios.

Atualmente a associação passa pelo seu terceiro presidente, desde sua fundação. Possui uma estrutura organizacional baseada na figura do presidente, fato este, que muitas vezes contribui para que ocorra uma sobrecarga de atividades. Os associados reúnem-se uma vez por mês para discutirem os problemas da associação.

Um ponto importante neste “campo de disputa” é a forte influência nesta associação de um vereador do Município de São Francisco, residente no assentamento, chegando até a votar nas reuniões, mesmo não sendo sócio²⁵ (pois não é assentado), provavelmente como forma de persuasão aos demais participantes.

Diante de tal fato, ficou evidente que o referido vereador não tem relações com a Cooperativa, pois esta tem como mediador o STR e ambos são opositores no campo político municipal. No entanto, na prática ele exerce a função de principal mediador da associação, intervindo principalmente junto ao poder municipal como demonstra o discurso do atual

²⁴ Este recurso foi liberado aos assentados no dia 14 de dezembro de 1998, num valor de R\$ 1025,00.

²⁵ Manoel Cirilo (Vereador) era funcionário da Empresa Paracrevea, e segundo vários depoimentos de lideranças do Assentamento sempre foi contra a desapropriação da área, pois era funcionário do quadro da empresa e exercia possuía grande influência frente aos trabalhadores através de agenciamentos e práticas clientelísticas. Quando a empresa foi desapropriada continuou morando na área, até a criação da APRUCOM, onde conseguiu assentar seu filho.

presidente: *“Esse feijão foi até o Manoel Cirilo (Vereador), que deu ele pra nós. A prefeitura só deu mermo o óleo pra nói”* (Presidente da APRUCOM, entrevista de campo, 2002).

Em 2000 surge uma nova fissão no assentamento, havendo a criação da Associação dos Produtores Rurais Unidos da Vila Modelo (APRUMO) no dia 19 de novembro deste ano (Ata de Fundação da APRUMO), incentivada principalmente pelo Sindicato dos Produtores Rurais (SPR) do município.

O SPR de São Francisco do Pará foi criado após a ocupação da Paracrevea Borracha Vegetal S. A., numa estratégia dos fazendeiros e empresários rurais da região em organizarem-se contra novas ocupações.

Guerra destaca a participação nestes Sindicatos dos:

“Agricultores e criadores que baseiam suas atividades na produção empresarial ou mercantil de culturas ou criações preferencialmente voltadas para o comércio, a indústria e exportação (castanha, borracha, pimenta, soja, café abacaxi, dendê fruteiras em geral, bovinos e bubalinos). Essas atividades fundamentam-se na produção de larga escala e no assalariamento. Os membros desta categoria são normalmente proprietários ou detentores de grandes extensões de terras, o que lhes identificam na literatura sociológica adjetivados como grandes proprietários ou latifundiários” (1999, p. 01).

Estes sindicatos são marcados “pelos baixos contingentes de associados e por um individualismo presente no setor” mobilizando-se apenas nos momentos de pico de ameaças de ocupações de terras (Guerra, 1999, p. 10).

A interferência do SPR de São Francisco na criação da associação deu-se como forma de aumentar seu “capital social” e principalmente consolidar-se politicamente como alternativa de mediação para tais agricultores.

Guerra (1999) fala do “campo de disputa” existente entre os STRs e os SPRs, buscando legitimidade de representação política frente aos médios proprietários rurais, resultando numa base social nova para os SPRs, “estabelecendo uma imagem positiva desta categoria diante da sociedade” (Guerra, 1999, p. 14).

A APRUMO foi criada, movida pela insatisfação de um grupo de agricultores residentes na Vila Modelo com a COOLIVRE e APRUCOM, pois segundo o presidente da mesma não

havia uma atenção maior para com os moradores da Vila Modelo. Outro fator importante foi a forma como eram geridas as máquinas, feita de forma desigual para os assentados.

A APRUMO mantém um vínculo de afinidade com o Sindicato dos Produtores Rurais, principalmente no que tange a organização jurídica da mesma, mantida principalmente por seu presidente:

“Eu vou ser sincero, eu não obrigo ninguém a se filiar, mas eu sou filiado ao Sindicato dos Produtores, porque acredito que nós somos produtores rurais. O Sindicato dos trabalhador é prus trabalhador e nós semos produtores. Lá eles tratam a gente muito bem. A nossa documentação é toda direitinha. Eu fui fazer um curso de uma semana sobre administração rural em Castanhal, ficamo em hotel com alimentação..” (Presidente da APRUMO, entrevista de campo, 2002).

No discurso do Presidente da Associação há dois elementos importantes para a análise das relações existentes entre a APRUMO e o SPRSFP. O primeiro esta relacionado com a influência deste (Presidente) na filiação de novos sócios para o Sindicato, onde apesar de afirmar: *“eu não obrigo ninguém a se filiar”*, percebeu-se que através de práticas clientelísticas como a promoção de cursos de extensão, tratamento da situação jurídica da associação, resolução de problemas pessoas dos assentados (titulo de eleitor, declaração de isenção da Receita Federal) e principalmente com o discurso unificador de todos serem *“produtores Rurais”*, o SPR vem ganhando influência, especialmente na Vila Modelo, onde fica a sede da APRUMO.

CAPÍTULO VII - OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.

7. 1 – EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NA BRAGANTINA.

O entendimento dos sistemas de produção praticados pelos agricultores no Assentamento Luís Lopes Sobrinho, remete a um resgate histórico da evolução de tais sistemas

na região Bragantina. Esta evolução deu-se de forma heterogênea, influenciada pelos diversos meios biofísicos encontrados, pelos ciclos econômicos ocorridos na Região Amazônica e pela adaptabilidade dos vários migrantes às condições sócio-econômicas e ambientais da região (Egler, 1961; Kitamura et al, 1985; Conceição, 1990; Homma, 2000).

A colonização da Bragantina foi marcada dentre outros fatores pela exuberância da mata primária. Era o “*tempo da mata*”, tempo em que a floresta tinha um papel fundamental para a subsistência das poucas populações que se instalavam nesta região, geralmente na cabeceira dos rios. A caça, a coleta de frutos e a pesca eram praticadas com muita intensidade juntamente com o plantio da mandioca. O povoamento e conseqüentemente a atividade agrícola foi realizado em detrimento a cobertura vegetal. (Egler, 1961; Carvalho, 1984; Cardoso, 2000).

O sistema de produção adotado baseava-se no corte e queima, no extrativismo de madeira, cipós, frutos, caça e pesca, todos existentes em abundância (Cardoso, 2000).

A floresta começa também a ser explorada com muita intensidade para a extração da madeira, surgindo neste cenário a figura do madeireiro. A exploração da madeira também dá acesso às estradas de rodagem e facilita a abertura de ramais e a inserção de populações que, de alguma forma, estavam atreladas à atividades econômicas, como agricultores nordestinos, pessoas ligadas à abertura das estradas e operários agrícolas que vinham para ajudar a desbravar a fronteira e iam se instalando definitivamente com suas famílias.

Neste contexto, a pecuária surge timidamente e junto com ela chegam os patrões (Cardoso, 2000). Para Egler (1961, p. 539) “em menos de cinqüenta anos completava-se o quadro de uma paisagem fantasma, cujo toque característico é representado pelas imensas áreas de capoeira”. Neste período a alusão da grande fertilidade dos solos devidos sua vegetação exuberante (mata primária) já não mais existia (Egler, 1961).

Havia ainda um sistema de produção bastante praticado nos campos de Bragança, através do plantio de fumo, cana-de-açúcar, cacau e criação de gado bovino (Conceição,1990).

Este sistema baseava-se no uso de esterco de gado bovino e o revolvimento da terra com a enxada para implantação das culturas, principalmente o tabaco. É chamado pela população local de *tabacal*, e hoje é bastante utilizado para o plantio de mandioca. (Oliveira, 2000; Sousa & Costa, 2001).

Em decorrência da diminuição da mata, da instalação de grandes fazendas na região e da introdução de várias culturas industriais como o algodão, a pimenta-do-reino, entre outras, o cenário agrário nesta região se transforma. Tal transformação tem como ótica principal a produção para atender o mercado e continuar produzindo em regime de corte-queima através da intensificação de sistema de cultivo para o autoconsumo.

Para Teófilo Filho há uma “diversidade sempre presente na lógica camponesa, se não como cálculo econômico, como estratégia de segurança alimentar” (1994, p.103). Contudo, em assentamentos rurais precedidos de ocupações recentes, esta diversidade constrói-se ao longo do tempo em função da ocupação do espaço, da necessidade de consumo da família e da construção de projetos futuros. No caso do assentamento estudado, os sistemas de produção foram se conformando a partir de 1996, tendo em vista que até então havia apenas o plantio em regime de monocultura de seringueiras, sendo proibido a introdução de outras culturas pelos assalariados na área da Empresa Paracrevea.

“...A diferença é muito grande porque naquele tempo nós era trabalhador rural, trabalhava pros sotros, não tinha nada, num produzia, num podia plantar um pé de maxixe pra nós cume, só o que a gente produzia era pro patrão” (O grifo é nosso). (Andiroba, 43 anos em entrevista de campo ao autor, 2002).

Para Veiga e Hebette (1992) os sistemas de produção tendem a apresentar-se bastantes diversificados, na agricultura familiar da região Amazônica, estratégia utilizada para diminuir os riscos de perdas e racionalizar o uso da mão-de-obra. Mourão, coloca que os sistemas de produção constituem-se:

“Nas relações entre o grupo familiar e a base material de sua existência, no geral constituída de um lote rural, a qual denomina-se estabelecimento, formando assim um sistema família-estabelecimento agrícola. Este sistema sofre interferências internas e externas, que são fluxos de produtos, trabalho, informações e

dinheiro, que se dão por meio de relações dentro do estabelecimento e deste com o meio envolvente.” (2000, p. 131).

7.2 - O “CENTRO”: LOCAL DE TRABALHO

Carvalho (1984), relata que o termo *Centro* é uma categoria citada por vários autores, no sentido de oposição a beira dos rios, onde os povoados se formavam. No caso em estudo este termo é colocado pelos agricultores como oposição ao local de morada da família, onde desenvolvem seus sistemas de produção. Como os agricultores moram em vilas, suas atividades agrícolas são desenvolvidas em locais distantes de suas casas, onde procuram chegar normalmente de bicicleta.

O *centro* corresponde ao local de trabalho agrícola da família, onde a mesma executa suas atividades de produção. Neste sentido, é um lugar construído pela família (Woortman & Woortman, 1997).

No caso dos seringueiros, tanto a sua autodenominação como a dos locais de trabalho têm origem na história do lugar. Seu local de trabalho agrícola ou extração de seringa, são chamados por eles de “área”, uma alusão ao período em que trabalhavam na empresa Paracrevea, onde havia uma lógica de divisão do seringal por quadras de 500 x 500 metros chamadas de áreas, representadas pelas letras do alfabeto, como: área G8, H10, F4 e assim por diante (FIGURA 15). No “centro” ou “área” normalmente é construída uma barraca de madeira, coberta com palha, cavaco ou zinco, retirado das antigas instalações da Empresa Paracrevea, às vezes sem nenhuma parte lateral. Sua utilização é feita para guardar provisoriamente a produção e serve de abrigo na hora da “merenda”²⁶ e almoço, chuva e até mesmo para passar a noite. (FIGURA 16).

Quando o agricultor costuma passar a semana no *centro*, geralmente melhora a *casa de centro*, cobrindo as paredes laterais com barro ou madeira (FIGURA 17). Normalmente são os

²⁶ Nome atribuído a uma refeição intermediária entre café e almoço, feita geralmente com peixe ou caça pegados no próprio assentamento e farinha de mandioca.

homens que vão para o “centro” ou “área”. Contudo, observou-se que as mulheres, os jovens e as crianças sempre participam das atividades agrícolas quando o trabalho precisa ser intensificado.



FIGURA 16 – *Casa de centro* no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, São Francisco do Pará



FIGURA 17 – *Casa de centro* com paredes de barro no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

7.3 - OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NO LUIZ LOPES SOBRINHO

A tendência de diversidade dos sistemas de produção na agricultura familiar remete a necessidade de fazer uma caracterização dos sistemas existentes no assentamento. A partir de entrevistas com cerca de 30 agricultores assentados, buscando compreender o trabalho agrícola desenvolvido, através de um questionário semi-estruturado foram identificados seis tipos de

sistemas de produção mais importantes, praticados pelos assentados conforme demonstra a

TABELA 08

TABELA 08 – Tipologia dos sistemas de produção encontrados no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

SISTEMA DE PRODUÇÃO	%
ROÇA + SERINGAL	30
ROÇA + SERINGAL + CULTURAS PERENES	23
ROÇA + CULTURAS PERENES	15
ROÇA + SERINGAL + EXTRATIVISMO	13
ROÇA + HORTICULTURA	12
ROÇA + EXTRATIVISMO	7
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2001.

Os sistemas de produção são pensados globalmente, mas com especificidades em detrimento de cada atividade realizada pelos agricultores. Procurou-se aprofundar o estudo destas especificidades através da compreensão de cada sub-sistema separadamente, numa perspectiva de percepção do todo.

7.3.1- A roça: produção para o auto-consumo da família.

A roça constitui-se no sub-sistema mais praticado no assentamento, com uma importância significativa dentro do sistema família-estabelecimento, tanto para o mercado como para o autoconsumo. É considerada também como elemento caracterizador de identidade por alguns agricultores: *“roça, todo mundo planta! Quem não tem meno uma tarefa de roça pra comer, num é agricultor.* (agricultor, 43 anos, entrevista ao autor, 2001).

Este sub-sistema assume diversas formas, e caracteriza-se por esta diversidade, sendo parte fundamental em todos os sistemas de produção encontrados no assentamento. Na estratégia de reprodução dos agricultores assentados, assume diferentes formatos, dependendo do objetivo, das condições financeiras e da quantidade de mão-de-obra disponível para trabalhá-lo.

No assentamento, assim como no município, a roça é desenvolvida em dois períodos: um no “inverno”, período chuvoso, chamada de *roça de inverno* e outro no “verão”, período de estiagem, chamada de *roça de verão*. Com relação a forma de preparo da área pode ser através do sistema de corte e queima ou de forma mecanizada, sem a utilização da queimada como demonstra o QUADRO 03.

QUADRO 03 – Tipos de roça e forma de preparo de área no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Tipo de roça	Forma de preparo de área	Mês de plantio		
		Mandioca	Milho	Feijão
Roça de inverno	Corte e queima	Fevereiro	Janeiro	-
Roça de verão	Corte e queima/Mecanizada	Junho	-	Maio

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2001.

A *roça de inverno* trabalhada através da prática de corte e queima, tradicionalmente desenvolvida pela população nativa da região, tem como objetivo melhorar a produtividade agrícola e de mão-de-obra do sub-sistema com a incorporação da vegetação natural. É desenvolvida em áreas de capoeira (seringal morto ou decadente) ou em capoeirão (periferia da mata primária). A roça realizada em uma área de capoeira caracteriza-se por um trabalho menos penoso, visto que, se gasta menos tempo e esforço no trabalho da derrubada.

A primeira atividade desenvolvida pela família na preparação da roça é a escolha do local, pois como o assentamento não foi dividido em lotes, o agricultor que não tem “demarcado” seu território²⁷ ou quiser ampliá-lo, geralmente procura um local que considere *bom pra legume*. Este local deve ser próximo de uma fonte de água e geralmente longe das estradas vicinais, devido a incidência de roubos nas roças. Esta tarefa geralmente é desenvolvida pelo pai da família, pois o mesmo determina o local e a direção do trabalho.

²⁷ Utilizou-se o conceito de Castro (1998, p.2), onde “Território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”.

A broca do local escolhido é feita no mês de setembro, período de estiagem na região. Utiliza-se o terçado para fazê-la, consistindo na eliminação, através de um corte rasteiro do *mato fino*, sendo importantíssimo no processo de preparo, pois este vai dar *força ao fogo*. Logo depois se faz a derruba, atividade que exige perícia sobre a posição da queda das árvores (*mato grosso*). Geralmente é realizada com a utilização do machado, contudo utiliza-se também a motosserra, quando é uma área de capoeirão²⁸ e o agricultor dispõe de recursos para pagar o serviço motorizado.

Este trabalho é desenvolvido pelo pai e filhos mais velhos, necessitando de bastante força física. A condição de “força plena” do pai, descrita por Woortmann & Woortmann (1997, p. 48) demonstrada através do estado de conservação de sua ferramenta de trabalho, é a garantia do comando do processo de tal tarefa.

Aplicando-se esta situação aos agricultores assentados no Luiz Lopes Sobrinho, nota-se que a experiência do pai sobre o processo de trabalho desenvolvido serve de parâmetro de “respeito” junto aos filhos homens, havendo uma obediência simbólica, tendo em vista que, os mesmos também têm o domínio sobre o referido processo, no entanto só vão poder comandá-lo, quando dirigirem seu próprio trabalho.

Woortman & Woortman (1997), aos estudar camponeses nordestinos, ressaltam que as mulheres tendem a não entrar no mato antes de ser *domado* pelos homens da família, ou seja, antes da conclusão do preparo da área para o plantio.

Uma estratégia utilizada por alguns agricultores é a contratação de mão-de-obra para *limpar a área de trabalho* através da empreita²⁹, deixando-a pronta para o plantio.

²⁸ O capoeirão é uma capoeira grossa, ou seja, vegetação com mais de dez anos de pouso, constituindo uma vegetação densa frondosa

²⁹ Forma de contratação de serviço onde o agricultor contratante paga através do cálculo do serviço total, independente da quantidade de dias que leve para a realização do serviço e quanto menos dias o agricultor contratado terminar melhor.

Em novembro ou dezembro coloca-se fogo no mato seco. Esta atividade é realizada pelo *dono da roça*. No caso estudado, os agricultores geralmente não fazem *aceiro*. Colocam fogo nos horários mais quentes do dia e não avisam aos vizinhos que vão fazê-lo naquele dia. Isto tem trazido sérios problemas de convivência entre os assentados, devido o fogo invadir as áreas de seringal em produção, roças em produção e até mesmo parte da mata, considerada como reserva por alguns agricultores.

A abertura do *aceiro* é uma atividade realizada com o terçado ou foice e depois complementada com a enxada. Visa estabelecer um espaço de segurança para impedir a propagação do fogo, para além do espaço destinado à roça (Woortmann & Woortmann, 1997).

Após o fogo (FIGURA 18), dependendo da intensidade da queima, é realizada a *coivara*. Esta atividade consiste no amontoamento das madeiras que não queimaram para nova incineração. Esta madeira também é aproveitada como lenha para fazer carvão ou como combustível para a fabricação de farinha (FIGURA 19).



FIGURA 18 – Área queimada para plantio de roça no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

FIGURA 19 – Transporte de lenha para fabricação de farinha de uma área queimada



Na FIGURA 19, observam-se agricultores carregando lenha, retirada de uma coivara para a fabricação de farinha. O transporte geralmente é realizado por meio de trator, aproveitando as viagens que são feitas para buscar a mandioca arrancada na roça. O agricultor paga R\$ 20,00 (vinte reais) para transportar sua mandioca e a lenha. Este pagamento é realizado após a produção e venda da farinha.

Normalmente a roça é denominada como plantio de mandioca no discurso dos agricultores. Contudo, na prática ocorre uma miscelânea de culturas, plantadas consorciadas utilizando com uma lógica própria o tempo e o espaço da forma que lhe convier melhor.

Existe uma variedade de formas de aproveitamento da terra queimada que vai desde o plantio convencional de milho, feijão, mandioca, até a introdução de hortaliças como melancia, maxixe, quiabo, abóbora, entre muitas outras. Há ainda a introdução de culturas perenes após a retirada da roça, que veremos melhor na descrição deste sub-sistema.

A primeira cultura introduzida é o milho, plantado em janeiro, *nas primeiras chuvas*. Em fevereiro planta-se a mandioca nas entre-linhas do milho. O feijão geralmente é plantado como cultura solteira na mesma roça. *Plantei duas tarefa de roça com um pouquinho de milho*

dentro e uma tarefa de feijão na sobra da queima, pra aproveitar (agricultor, entrevista de campo, 2001).

O plantio da mandioca (FIGURA 20) é realizado em janeiro, e a primeira capina em abril e uma segunda em julho antes da colheita do milho, que dependendo do seu fim, pode ser colhido de uma só vez para ser vendido ou apenas *virado ou quebrado*, consistindo em virar a espiga para baixo com o intuito de proteger os grãos da chuva, sendo colhido o ano todo, principalmente para alimentar as criações.



FIGURA 20 – Plantio de mandioca em uma roça de verão realizada por uma agricultora e seu neto.

A estratégia utilizada por muitos agricultores para diminuir o número de capinas é a preparação do roçado em áreas de capoeirão, próximas da mata, porém a produtividade para alguns agricultores não tem compensado a diminuição do trabalho:

“Plantei no capoeirão achando que ia dá boa a roça, mas não deu...esse ano vou voltar para o seringalos pessoal diz que é porque aquela área de capoeirão era uma plantação de cana e a terra ainda tá fraca”(Mogno, entrevista de campo, 2002).

Alguns agricultores relatam que a *terra de capoeirão* não é *boa* para o plantio da mandioca logo após sua queima, devido a grande quantidade de raízes das árvores, que dificultam o desenvolvimento da mandioca.

A variedade utilizada para plantio é escolhida em função do fim que se pretende dar a mandioca, pois existem uma infinidade de tipos que variam em função da cor, produtividade,

adaptação ao terreno, ciclo de plantio, utilização e susceptibilidade a pragas e doenças (QUADRO 04). No entanto, nem sempre dá para escolher a melhor planta para o roçado, pois muitas vezes depende-se da disponibilidade da *semente* ou *maniva*, como é chamada parte do caule utilizado para reprodução da mandioca.

QUADRO 04- Principais variedades de mandioca encontradas no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Variedade	Produtividade (kg/ha)	Produção de farinha (sacos/ha)*	Coloração da raiz	Umidade	Tempo de Colheita (meses)	Finalidade
Taxi	6600	33	Branca	Enxuta	8	Farinha
Olho verde	4125	20,6	Branca	Aguada	8	Farinha
Branco ouro	5775	28,9	Amarela	Enxuta	12	Farinha
Jurará	6600	33	Creme	Enxuta	12	Farinha
Ilha amarela	4950	24,7	Amarela	Aguada	12	Farinha
Duquinha	6600	33	Branca	Enxuta	12	Farinha
Pacaja amarela	6600	33	Amarela	Enxuta	16	Farinha
Cearense	6600	33	Branca	Enxuta	16	Farinha
Macaxeira rosa	13200	-	Branca	-	8	Raiz
Macaxeira bahia	8250	-	Branca	-	8	Raiz

FONTE: Entrevistas de campo realizada por Romier Sousa, 2002.

* considerou-se um rendimento de 30% e sacos de 60 Kg.

A colheita da mandioca depende também do seu fim, ser for para venda em caixa, geralmente é retirada totalmente e vendida por tarefa. Pode ser vendida *na folha*, ou seja, o comprador dar um preço na tarefa sem arrancá-la antes. Quando é para o consumo, a colheita é realizada o ano todo. Falaremos melhor, destas estratégias quando tratarmos da comercialização no assentamento.

As atividades desenvolvidas desde a escolha do local até a colheita da roça seguem uma lógica de divisão de tarefas entre a mão-de-obra da família disponível para este fim. Há também uma participação das crianças na realização de tais atividades a fim de que possam desde cedo aprender a prática do trabalho agrícola (QUADRO 05). No entanto, percebeu-se que alguns agricultores contratam mão-de-obra de terceiros para desenvolverem as atividades mais penosas como o preparo de área. A contratação não depende apenas das condições econômicas da

família, pois pode ser feita através de várias outras formas, tais como: troca de dias com atividades menos penosa; troca em produção e animais de trabalho. Estas práticas de permuta tornam-se comuns no cotidiano dos assentados, devido a falta a de *dinheiro na mão*.

QUADRO 05 – Itinerário técnico, ferramentas, mão-de-obra e período da roça de inverno no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Atividade	Ferramenta	Mão-de-obra	Período
Escolha do local	-	Pai	-
Broca	Terçado e gancho	Pai e filhos homens	Setembro
Derruba	Machado	Pai e filhos homens	Setembro
Queima	-	Pai	Novembro
Coivara	Terçado e machado	Pai e filhos homens	Novembro
Plantio		Todos os membros da família	Janeiro a fevereiro
Capina	Enxada	Pai, mãe e filhos (as) jovens	Abril e junho
Colheita	Terçado e enxada	Pai, mãe e filhos (as) jovens	Julho (milho) e janeiro (mandioca)

FONTE: Agricultores em entrevistas de campo e observação participativa realizada pelo autor, 2002.

A roça mecanizada consiste num plantio mais “modernizado” de determinadas culturas. Realizada com a utilização de três tratores pertencentes aos assentados. É feita geralmente de forma coletiva, semicoletiva ou familiar, organizada pela Cooperativa ou pelas Associações, onde são plantadas principalmente mandioca, feijão e melancia. As áreas mecanizadas também são aproveitadas para o plantio de hortaliças. É constante a utilização de adubação química³⁰ nos plantios mecanizados, quando o agricultor tem recurso para compra-lo. Esta estratégia é realizada para aumentar a produtividade da área plantada, tendo em vista que a mesma não terá *a força da terra queimada*. Seu itinerário técnico é mudado em função do preparo da área que

³⁰ Os agricultores denominam a adubação química de “*químico*”. Utilizam geralmente o adubo N-P-K, com a formulação 10-28-20, bastante difundido nesta região.

passa a ser realizado pelo trator. As atividade de plantio, capina e colheita são desenvolvidas de forma semelhante a roça de inverno (QUADRO 06).

QUADRO 06 - Itinerário técnico, ferramentas, mão-de-obra e período da roça de verão mecanizada no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Atividade	Ferramenta	Mão-de-obra	Período
Escolha do local		Pai	-
Gradagem	Trator	Tratorista contratado	Maio e junho
Plantio —		Todos os membros da família	Junho e julho
Capina	Enxada	Pai, mãe e filhos (as) jovens	Setembro e novembro
Colheita	Terçado e enxada	Pai, mãe e filhos (as) jovens	Maio (início)

FONTE: Agricultores em entrevistas de campo e observação participativa realizada pelo autor, 2002.

Os plantios mecanizados iniciaram em 1998 com aquisição dos equipamentos necessários para fazer o preparo de área. Estes plantios tinham um viés coletivista, pois eram preparadas áreas contínuas para efetuarem o plantio através da formação dos grupos de produção coletiva, difundidos principalmente pela diretoria da COOLIVRE no período da ocupação da Empresa. Porém, após algumas tentativas frustradas, passou-se a realizar plantios em áreas de grupos familiares.

No ano agrícola 1998/99 foram plantados cerca de 66 hectares de mandioca, milho, melancia e abóbora, realizados pelos associados da COOLIVRE e APRUCOM, de acordo com a TABELA 09, em áreas coletivas e individuais.

TABELA 09 – Culturas plantadas de forma mecanizada no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho no ano agrícola 98/99.

CULTURAS	ÁREA PLANTADA (HA)		TOTAL
	COOLIVRE	APRUCOM	
MANDIOCA	05	-	05
MILHO	20	40	60
MELANCIA	1	-	01
ABÓBORA	-	1	01

TOTAL	26	41	67
--------------	-----------	-----------	-----------

FONTE: COOLIVRE e APRUCOM

De acordo com o Sr. Mogno, presidente da APRUCOM, existem vários agricultores que plantam suas roças utilizando uma variante do sistema mecanização convencional. Aproveitam áreas deixadas pela antiga PARACREVEA, que foram destocadas e não plantadas com seringueiras, após a roçagem da capoeira é tocado fogo e depois é realizado a aração e gradagem para plantar mandioca.

A *terra aradada*, como é denominada pelos agricultores é aproveitada geralmente durante um ano e depois fica em período de pousio. Não é realizada nenhuma adubação nestas áreas. A produtividade, segundo alguns agricultores é semelhante às roças de toco. Planta-se ainda entre as seringueiras que não produzem mais látex, sem necessitar arrancá-las. Uma das explicações para uma boa produtividade diz respeito aos restos de adubos deixados durante o período que o seringal era produtivo e ao reviramento do solo, transformando a cobertura vegetal que se encontrava acima do solo em adubação orgânica.

Em 2001 foi realizado um plantio de feijão mecanizado, onde a cooperativa e as associações ficaram responsáveis em organizar os “grupos de produção” e a prefeitura do município em preparar a área. A prefeitura propõe um plantio coletivo, onde os agricultores formariam um grupo por entidade participante para poder fazer parte do projeto. Além do preparo de área, a prefeitura subsidiou a semente e o adubo (N-P-K). o retorno dos agricultores seria com 10% (dez por cento) da produção total em grãos.

Na projeção da prefeitura daria para obter em torno de 6 (seis) sacos de feijão por tarefa (mais ou menos 18 sacos por hectare). Contudo, a maioria dos agricultores conseguiram de 1 (um) a 3 (três) sacos no máximo por tarefa.

As entidades reagiram de forma diferente ao processo de coletivização. Os associados da COOLIVRE decidiram dividir a área coletiva em áreas menores, de acordo com a capacidade de trabalho de cada agricultor (FIGURA 21). Os associados da APRUCOM

decidiram não participar por ser um processo coletivo de produção, ficando apenas um pequeno grupo, que coletivizou a produção. Os associados da APRUMO, também participaram em menor número, coletivizando a área, mas houve contratação de mão-de-obra extra, para poder capinar e colher todo feijão produzido. Na TABELA 10 observa-se a produção de feijão conseguida pelas entidades no assentamento.

TABELA 10 – Produção de Feijão por entidade no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho –ano agrícola 2000/2001.

Entidade	AI	AT	Área plantada (Ha)	Área colhida (Ha)	Produção (KG)	Produção (sacos*)	Relação produção/AT (sacos*)
COOLIVRE	38	30	25	18	2820 ³¹	47	1,6
APRUCOM	13	3	1,2	0,6	300	5	1,6
APRUMO	11	6	5	5	2400	40	6,6
TOTAL	62	39	31,2	18,6	5520	92	

Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor, 2002.

AI: N° de agricultores que iniciaram no projeto

AT: N° de agricultores que terminaram no projeto

* Considerou-se sacos de 60 Kg de feijão batido e limpo.

Esses plantios mecanizados realizados de forma coletiva obedeceram a estratégias de entidades externas ao assentamento, que o consideram “um espaço social atravessado por jogos de verdades que visam produzi-los, material e simbolicamente, a partir de diferentes projetos” (Caume, p. 3, no prelo).

São várias as denominações utilizadas para definir esta categoria social, que tem participado do processo de acompanhamento dos assentamentos rurais no Brasil.

D’Incao e Roy (1995, p. 27), ao estudar uma experiência de assentamentos rurais no Estado de São Paulo, os chamam de “agentes externos”, onde identificam pelo menos três concepções de projetos de sociedade orientados por tais atores: a primeira pensada pelos agentes das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), onde se pensava a construção da “comunidade” e da necessária transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários; a segunda pensada pelo MST e militantes de partidos políticos de esquerda, onde se

³¹ De acordo com o Sr. Jorge, que estava fazendo o controle da produção juntamente com o Sr. Nonato, ambos dirigentes da COOLIVRE, alguns agricultores não contabilizaram a produção de feijão destinada para o auto consumo da família, não havendo possibilidade de obter um número exato da produção.

buscava construir o socialismo e transformar os trabalhadores em revolucionários; e uma última pensada por técnicos estatais que tinham como objetivos associar e cooperar os trabalhadores para que pudessem concorrer no mercado.

O termo “mediação alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem, com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso” (Neves, 1997, p.03). O exercício da mediação “viabiliza o questionamento de determinadas formas de dominação econômica, política e simbólica” (Neves, 1997, p.04).

Caume retrata que em assentamentos rurais os agenciamentos, através de relações de poder, regulam o espaço social em conformidade com precisas orientações.

7.3.2- Seringal: a herança da Paracrevea

A extração de látex é realizada pelos seringueiros ou com auxílio dos filhos homens. A participação das mulheres é muito restrita neste sub-sistema, herança da forma de trabalho desenvolvida durante o funcionamento da Empresa Paracrevea, que não contratava mulheres para trabalho de campo.

O trabalho nos seringais acontece de acordo com uma divisão realizada pelos seringueiros seguindo a mesma lógica de ordenação da antiga empresa, através das quadras de 500 por 500 m. Estas áreas exploradas pelos seringueiros não são homogêneas, havendo seringueiros que cortam seringa em até três lugares diferentes, dificultando a produtividade do trabalho devido ao deslocamento. A extração do látex ainda é uma das principais fontes de renda dos assentados, apesar da baixa produtividade. É considerado um *serviço difícil* por necessitar de muitas horas de trabalho para obter uma produtividade satisfatória.

Durante o verão o seringueiro trabalha geralmente pela manhã, pois facilita a coagulação do látex. É realizado o corte da seringueira, que fica escorrendo em um sistema de

espiral perfurado na árvore pelo seringueiro com uma ferramenta apropriada (faca torta) até um recipiente próprio denominado de *cumbuca*. São feitos vários cortes até a *cumbuca* ficar completamente cheia. Após este processo é retirado o látex coagulado e prensado em prensas artesanais construídas de madeira que ficam próximas das áreas onde os seringueiros cortam, formando uma massa prensada chamada de *sernambi*. Depois a borracha é entregue a Cooperativa ou as Associações, para serem comercializadas em quantidade no Município de Santa Isabel, na fábrica da Tigre.

No início da ocupação, quando as áreas de seringal não estavam totalmente definidas havia muitos roubos de látex cortados. Como estratégia para diminuí-los, os seringueiros deixaram de limpar as *estradas*, roçando apenas as linhas onde ficam as seringueiras.

Existem muitos problemas, que vem dificultando a exploração do látex, entre eles, os principais apontados pelos seringueiros são: falta de limpeza das áreas, tipos de cortes realizados e ultimamente a derrubada de seringais para a implantação de roças, que vem sendo realizada por muitos assentados que não têm tradição em explorar a extração de látex.

Devido a estes problemas, somado com a penosidade do trabalho e a baixa produtividade dos seringais, os assentados tem investido em outras culturas, normalmente dentro da área onde extraem o látex.

As culturas de açaizeiro (FIGURA 22), cupuaçuzeiro, urucuzeiro, bananeira, são as mais utilizadas pelos seringueiros no consorciamento.



FIGURA 22 – Seringal consorciado com açaizeiro no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho

“sabemos que esse seringal num vai agüenta muito mais tempo, por isso temo que muda de rumo. O plantio de culturas que se dão com a seringa é a melhor saída pra nós, que somos seringueiros. Enquanto elas num dão o fruto, a gente vai cortando a seringa e zelando a cultura da gente”(agricultor, 57 anos, em entrevista ao autor, 2001)

Na fala acima o agricultor revela sua estratégia de reprodução econômica., onde apesar da baixa produtividade do seringal, ele consegue apurar em média 1,5 salários mínimos por mês, recurso utilizado na manutenção do grupo familiar. Esta renda obtida no sub-sistema de seringal soma-se as demais de seu sistema de produção para garantir sua reprodução social e econômica.

7.3.3- Horticultura: mudança no sistema de produção do assentamento

O cultivo de hortaliças é realizado normalmente pelo grupo doméstico, em áreas variáveis não ultrapassando um hectare, dependendo da força de trabalho familiar, sendo cultivadas hortaliças folhosas, além de maxixe, quiabo, pepino, abóbora e feijão de metro, entre outras.

Este tipo de cultivo é realizado consorciado ou após a retirada da roça. As culturas consorciadas são chamadas de *legumes de roça*, como o maxixe, abóbora, quiabo, melancia, pimenta de cheiro, pimentão. São plantadas logo após o plantio da mandioca. No caso do aproveitamento de áreas após o cultivo da roça, geralmente é deixada em um pousio curto de seis meses e depois é executado o trabalho de limpeza semelhante ao realizado para a implantação da roça. Neste caso, são introduzidos *legumes de roça* e depois de sua colheita e da mandioca são feitas *leiras*, para o plantio de coentro, couve, alface, cebolinha.

O cultivo das hortaliças é realizado geralmente próximo de alguma fonte de água, como igarapés ou córregos, devido a necessidade constante de irrigação das culturas. Os meses mais

favoráveis ao desenvolvimento das culturas coincidem com o período de estiagem (verão). Entretanto é a época em que os preços estão mais baixos. O período das chuvas apesar das culturas darem mais *fracas*, ou seja, não se desenvolverem como no verão, os preços são melhores, devido sua escassez no mercado. Outra vantagem de cultivarem no período das chuvas é a menor necessidade de mão-de-obra da família para *tratarem a cultura*, pois dificilmente fazem irrigação das culturas.

Um aspecto importante é o aproveitamento do *chão de roça* para efetuar o plantio da horta, não necessitando limpar nenhuma área complementar para realizar o trabalho. Neste caso, ou é planejado antes do preparo da roça para efetuar um aumento na mesma ou em alguns casos observados, os agricultores só conseguem sementes dos *legumes de roça* quando já queimaram o roçado, utilizando como estratégia o consórcio com a roça. Quando o preço do *legume* compensa, ou seja, está satisfatório no mercado, o agricultor chega a diminuir o tamanho da roça para deixar um espaço específico para a cultura a ser implantada.

Muitos assentados demonstram em seus discursos o desejo em expandir a horticultura no assentamento, principalmente pelo ciclo das culturas serem curtos e haver uma proximidade dos mercados consumidores, como Castanhal e mesmo a Capital do Estado.

“O trabalho com roça é bom, porque garante a farinha dos meminos, mas é muito custosa. O trabalho com horta é rápido. Você pranta uma tarefa de maxixe, se dê boa, você num dá conta de colher, de tanto maxixe em três meses”(Agricultor, 57 anos em entrevista ao autor, 2001).

Outro aspecto de análise, do ponto de vista da reprodução dos agricultores que trabalham com hortaliças, diz respeito a periodicidade das colheitas, onde a partir de um planejamento do grupo familiar, há sempre *legumes* para colher, possibilitando uma arrecadação monetária semanal. Na FIGURA 23, demonstra-se a colheita de *pimenta doce*, vendida semanalmente nas feiras em Castanhal.

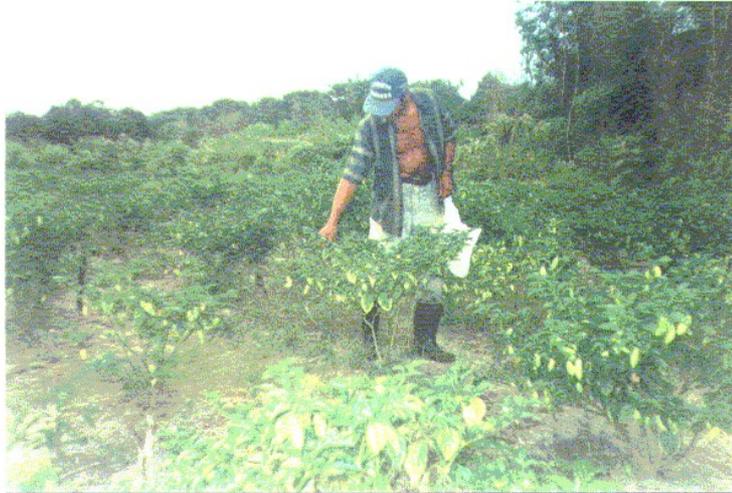


FIGURA 23 – Agricultor colhendo *pimenta doce* em área de horta no assentamento

7.3.4- Culturas perenes: a consolidação da posse da terra

Neste sub-sistema incluiu-se as frutíferas e as culturas industriais que não tem o ciclo agrícola anual. Estas culturas estão sendo implantadas recentemente no assentamento, geralmente em plantios realizados nos seringais em decadência, havendo uma substituição gradativa de atividade, sendo plantadas principalmente cupuaçu, banana, mamão e açaí. Existem algumas áreas no assentamento, onde estão plantadas açaí e cupuaçu, pertencentes aos associados da COOLIVRE. Este plantio foi realizado durante o período de ocupação, onde todos participaram, sendo um plantio coletivo. O objetivo era gerar uma renda para a cooperativa através da produção de polpas.

Há plantios de culturas como cajueiros, urucuzeiros (influenciados por um projeto de produção de urucu vizinho do assentamento conhecido como *urucuzal* – Fazenda Biotropical). Vários assentados têm plantado também pimenta-do-reino, maracujá e outras frutíferas de interesse comercial.

Os plantios destas culturas dependem de uma série de fatores que estão relacionadas com as estratégias de reprodução social e econômica de cada grupo familiar. O primeiro fator é a disponibilidade das mudas ou sementes para plantio. Estas normalmente são conseguidas através das relações de parentesco ou compadrios nas viagens que são feitas as feiras e à cidades próximas como Castanhal e Igarapé - Açu. Há também uma constante relação de troca, nos vínculos de reciprocidade.

Outro fator é o local do plantio, pois estas culturas diferentes das roças, que são plantadas durante um ou dois anos no mesmo local e depois podem ser mudadas, servem de demarcação definitiva de uma área que possivelmente será repassada para os filhos dos assentados. Com isto, é necessário que a escolha do local seja conseqüente, havendo a preocupação de *não entrar na área de ninguém* e que o local escolhido possa servir de *área de trabalho* por muito tempo.

Em 2000 foram aprovados 23 (vinte e três) projetos de pimenta-do-reino, financiados pelo Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF-A), onde cada família beneficiada teve financiado mil pés de pimenta-do-reino que foram plantados conjuntamente em uma mesma área.

São denominados de “Pimenteiros” e foram constituídos a partir de 1999 após um processo de lutas dos assentados, onde se consegue garantir a instalação de uma equipe de Assistência Técnica no assentamento, formada a partir do projeto: Lumiar, que concebia “um novo modelo” de assistência técnica nos assentamentos rurais no Brasil. Baseado em uma metodologia criada através de um convênio INCRA/FAO/PNUD, o Lumiar é um:

“ projeto do governo federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias em projetos de reforma agrária, servindo de orientação as famílias de agricultores assentados, nos assuntos relativos a implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados”(INCRA/PNUD, s/d).

A equipe era formada por um Eng^o Agrônomo, um Técnico Agrícola e uma Socióloga. Pertenciam ao POEMAR, entidade não governamental, que teve interesse em credenciar-se para

prestação de serviços de assistência técnica no Luiz Lopes Sobrinho, em função de um projeto maior de produção de encostos e bancos vendidos à Empresa Mercedes –Bens do Brasil, fabricado a partir de fibra de coco e látex líquido:

“...como é do conhecimento da SR(01)Z, o POEMA/UFPA está interessado em participar como contratada, tendo em vista a possibilidade de utilizar o látex produzido na área, concentrado a 60% num processo integrado para produção de encostos e bancos para a fábrica da Mercedes-Bens do Brasil”(MAARA/INCRA, 1998).

No referido ano a equipe do Lumiar elaborou vários projetos de produção, na sua maioria tendo como cultura a pimenta-do-reino (devido o preço, que estava alto no mercado, chegando a R\$ 12,00/Kg (doze reais o quilo)) para solicitar crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), gerenciado pelo Banco da Amazônia S. A. (BASA). Devido parte dos agricultores estarem com seus documentos pessoais inaptos diante do Banco, foram liberados apenas vinte e três projetos de crédito para financiar o plantio de mil pés da cultura da pimenta-do-reino por família. Neste período os projetos foram avaliados pela COOLIVRE.

O grupo dos pimenteiros é heterogêneo, no que diz respeito à composição dos seus sistemas de produção, sendo composto por seringueiros, roceiros e trabalhadores rurais que não estavam desenvolvendo atividades agrícolas de longo prazo.

A implantação do projeto deveria ter sido realizada no mês de Jan/2000, no entanto, por uma seqüência de problemas, ocorreu apenas em abril e maio do referido ano: atraso na liberação das parcelas para preparo da área; problemas na produção de mudas³²; as estacas não foram entregues integralmente, faltando para muitos agricultores.

Desta forma, os agricultores tiveram que conduzir a cultura recém implantada durante o período de verão (estiagem). Apesar de haver a disponibilidade de um trator e um implemento

³² Uma das lideranças da ocupação utilizou a Cooperativa para produzir mudas de pimenta-do-reino para serem absorvidas pelos projetos, no entanto houve problemas na qualidade das mudas e demora na sua entrega para os agricultores.

agrícola do tipo gás-tanque, que serve para carregar água e era usado para irrigar a cultura, não foi suficiente para todos e houve muitas perdas de mudas.

Alguns agricultores perderam tudo. Contudo, alguns conseguiram irrigar através de alternativas. Um agricultor em entrevista de campo contou que emprestou de um amigo de Santa Maria do Pará, onde já tinha morado antes, um animal de carga, uma carroça e tambores para conseguir irrigar seu pimental. Revezava com seu cunhado, outro beneficiário do projeto, molhando pela manhã e ele pela parte da tarde.

Outro problema do projeto de crédito foi o custeio, recurso liberado para a implementação de um hectare de roça, pagável em um ano. Devido a estiagem, o esforço de mão-de-obra voltou-se todo para a irrigação do pimental e a roça teve que ser abandonada na maioria dos casos. Os agricultores que tinham mão-de-obra suficiente, conseguiram cuidar das duas atividades simultaneamente.

“...ou tinha farinha pra comer ou cuidava do pimental? resolvi cuidar do pimental...., porque depois o troco é melhor.....”(pimenteiro, em entrevista de campo, 2001).

Devido a falência de alguns projetos, alguns agricultores venderam estacas e adubos destinados ao mesmo, dificultando ainda mais a sua recuperação. Esta questão também foi relevante no grupo dos pimenteiros.

Devido estes vários problemas técnicos, econômicos e políticos, havia necessidade de reunirem-se periodicamente, o que criou a possibilidade da diretoria da cooperativa, intervir na organização dos pimenteiros, constituindo-se um grupo que sempre participa das atividades sindicais do assentamento, como: reuniões no INCRA, na Prefeitura do Município, juntamente com a assistência técnica.

Hoje existem 13 (treze) agricultores que conseguiram estabilizar seus projetos de pimenta e investem praticamente toda sua mão-de-obra, completando seu sistema de produção apenas com a roça, garantindo o autoconsumo da família.

As atividades no pimental são desenvolvidas pelos grupos familiares, onde os homens ficam com as tarefas mais penosas como as capinas e as mulheres contribuem na colheita (FIGURA 24).



FIGURA 24 - Colheita de pimenta do reino realizada pelo grupo familiar.

7.3.5- Extrativismo: apropriando-se da natureza

Alguns assentados se utilizam bastante dos produtos da floresta e da região dos seringais abandonados, como frutas e caças para o consumo, bem como de mel, semente de puerária³³ entre outros para a venda. É uma atividade muito forte no assentamento, atendendo principalmente o consumo próprio das famílias dos agricultores.

³³ Leguminosa, utilizada como cobertura verde nos seringais durante o período da Empresa. Com a falta de tratamentos culturais no seringal, alastrou-se por toda a área. Bastante procurada, os agricultores vendem sua semente.

Este sub-sistema cumpre um papel fundamental no sistema família-estabelecimento dos assentados, pois no caso de muitas famílias que ainda estão se capitalizando, ele regula a relação produção – consumo, através do fornecimento de alimentos que encontram-se “disponíveis” na *mata* ou no seringal em regime de regeneração. Os principais produtos que são utilizados são as caças de animais silvestres e a pesca nos vários córregos e pequenos rios espalhados pelo assentamento. A caça é realizada no período de estiagem, pois os animais em busca de água costumam ser atraídos por árvores frutíferas, onde são feitas as *varridas*³⁴ ou armadilhas para pagá-los. No período de inverno diminuem as caçadas, pois se torna difícil encontrar as pegadas dos animais, devido as constantes chuvas. Neste período a alimentação é suprida com as várias frutas que costumam *fazer lama*, pela quantidade que se acumula nos pés das árvores, como dizem os assentados: manga, jaca, taperebá, muito abundantes no assentamento e proximidades.

A caça é desenvolvida pelos homens, em grupos de dois ou três, utilizando-se de armas de fogo como espigardes. A coleta dos frutos é realizada pelas mulheres e crianças, na projeção das árvores.

7.3.6- Atividades anexas: a complementação da renda

No sub-sistema de atividades anexas, ressaltaremos principalmente a atividade de fabricação da farinha, a venda de mão-de-obra e todas as atividades domésticas.

A fabricação de farinha é um processo de beneficiamento de toda a produção de mandioca gerada nos estabelecimentos, e segue todo um ritual simbólico, onde praticamente todos os membros da família se envolvem nas suas diversas etapas. Inicialmente a mandioca é colhida e colocada de molho por três a quatro dias em um tanque construído em alvenaria, especialmente para este fim ou em córregos rasos próximos do *retiro*³⁵. Quando a mandioca está

³⁴ Trilhas feitas na mata durante o dia, para que o caçador possa se deslocar de um determinado local para outro sem ter problemas com obstáculos.

³⁵ O mesmo que “casa de farinha”, o termo destaca o seu aspecto isolado, em relação à casa de moradia. É exclusivo para a feitura de farinha (Conceição, 1990, p.301).

amolecida ela é descascada e transportada até um “*casco*” ou canoa³⁶, que está na casa de farinha, e nele se inicia o processo de “*amasso*” para que a raiz se transforme em uma massa homogênea, misturando raízes de coloração amarela com as brancas. Depois essa massa é prensada no *tipiti*³⁷ ou em uma prensa construída de madeira que utiliza da força física humana para prensá-la. Após a prensagem, a massa é peneirada e colocada na chapa do forno que já deve estar pré-aquecido para iniciar o processo de torração. Entretanto, a massa vai



primeiramente ser escaldada para depois torrar³⁸ (FIGURA 25). Antes de tirar do forno a farinha torrada é peneirada pela segunda vez para uniformizar a granulometria, eliminando os grãos maiores. Quando a farinha atinge o ponto de torração desejado ela é colocada novamente na “*canoas ou casco*” para esfriar e depois é colocada parte em sacas de fibra para armazenar e a outra parte em lata para o uso diário. Este tipo de farinha é feito geralmente quando não se dispõem de motor para triturar a mandioca conhecido como *catitu*.

FIGURA 25 – Agricultor torrando farinha no assentamento

O *catitu* ou *caititu* é um equipamento de um eixo cilíndrico de madeira com serras incrustadas longitudinalmente. Girado por um motor ou por transferência de movimento de rodas ou manivela, servem para a ralação ou trituração das raízes.

³⁶ Tronco oco cortado ao meio com o formato de uma canoa, local onde a mandioca é amassada e peneirada.

³⁷ Instrumento feito de palha, que tem a função de escorrer o excesso de água da mandioca.

³⁸ A torração da farinha tem a dupla função de secar a massa transformando-a em farinha e de eliminar o ácido cianídrico presente na mandioca.

Esta farinha é chamada de *farinha d'água*. A farinha feita a partir da mandioca triturada é chamada de *farinha seca*. O processo para realizá-se difere na preparação da mandioca, que após ser colhida é levada para a casa de farinha e descascada com facas, tarefa realizada geralmente pelas mulheres do grupo familiar (FIGURA 26). Logo depois é triturada no *catitu*, equipamento roliço de madeira com serras ao seu redor, movimentado por um motor movido a óleo diesel. Existe ainda uma variante que consiste em misturar a massa triturada com a massa que ficou de molho (*puba*), chamada de *farinha mista*.

FIGURA 26 - Mulheres descascando mandioca para ser triturada no *catitu*.



A decisão entre uma e outra varia muito por agricultor, que usa como parâmetro o *gosto da família*, o mercado e as condições estruturais para a realização das mesmas.

A lenha utilizada no processo de fabricação da farinha pode ser extraída da área preparada para roça (com corte e queima) ou das capoeiras próximas a casa de farinha.

Um aspecto importante do beneficiamento da mandioca diz respeito às relações de troca que acontecem entre os assentados, que possuem a *casa de farinha* e os que não possuem. Quando o assentado não tem nenhum parente ou compadre que empreste sua *casa de farinha*, ele trabalha geralmente em regime *congá*, ou seja, para cada lata de farinha produzida o

agricultor deverá deixar três litros para o dono da casa, como forma de pagamento pela utilização do espaço.

No que diz respeito à venda de mão-de-obra, é uma estratégia comum em assentamentos rurais da região do nordeste paraense (FASE/FANEP, 1997; Vasconcelos, 2000; Cardoso *et al*, 2000; Cardoso, 2001) como forma de capitalização inicial para o investimento no lote, considerando os vários tipos de agricultores que tornam-se assentados.

No assentamento estudado, a venda de mão-de-obra também é freqüente. Normalmente é realizada quando o agricultor necessita desenvolver uma atividade em que somente a família não conseguirá executar. Outro fator que influencia na contratação de mão-de-obra é um trabalho especializado, onde o agricultor contratante não dispõem do saber necessário para a realização de tal *serviço* ou não tem a ferramenta necessária.

Garcia Jr. (1989), revela que a contratação de mão-de-obra por um determinado grupo doméstico, visa dentre outros fatores “diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo referido”. Porém, este cálculo não tem fim em si mesmo, pois constantemente é reavaliada a necessidade de substituir a mão-de-obra da família por “alugados” (Garcia Jr., 1989, p. 142).

Este fato ocorre (contratação de mão-de-obra) quando o grupo familiar dispõe de um certo capital acumulado e o mesmo não está nos planos da família para compra de insumos ou manutenção do grupo por um determinado tempo.

Um outro aspecto relevante levantado por Garcia Jr. (1989), é o “pico do ciclo agrícola”, tratando-se de “trabalho inadiável” do qual depende toda produção que será obtida, bem como, todas as tarefas futuras e mesmo a utilidade das tarefas já realizadas (Garcia Jr., 1989, p. 142).

A remuneração nem sempre é feita com o pagamento em dinheiro, variando de acordo com o nível de relação entre o agricultor que esta contratando a mão-de-obra e o contratado, podendo ser pago com parte da produção, de animais, e de bens que a família dispõem ou ainda com trabalho, sendo este último uma “dívida simbólica”, que não tem nenhuma comprovação

jurídica, mas uma dívida de caráter, pois quem paga suas dívidas para com seus “ajudantes” é considerado um agricultor de caráter e merecerá confiança para próximos trabalhos a serem realizados.

7.4 - A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A comercialização dos produtos da agricultura familiar representam um “ponto de estrangulamento na transformação de grande variedade de produtos gerados em retorno econômico para as famílias”(Inhetvn, 1998, p.01).

Pessoa (1999, p. 155) citando Bergamasco & Noder (1996), ressalta que a fase de consolidação da posse da terra dar-se pela obtenção de condições sociais e econômicas mais favoráveis, no intuito da transformação destes ex-sem-terra em produtores agrícolas. Neste contexto, estão em jogo as várias estratégias utilizadas por estes agricultores para manterem-se na terra. O que produzir, como produzir e para quem vender, são interrogações constantes para os agricultores familiares, pois mesmo tendo como lógica principal a manutenção da família, ou seja, o autoconsumo, a integração cada vez mais eminente ao mercado, remete-o a necessidade de decisão correta no que produzir para comercializar, sobre pena de fracasso, caso sua estratégia falhe.

Musumeci (1998, p.201), ao falar da agricultura na fronteira retrata que a relação entre pequena produção e terras livres com a agricultura de subsistência é de certo modo inadequada, pois o agricultor familiar esta cada vez mais subordinado ao capital, conseqüentemente integrado ao mercado.

Zamberlam (1994, p.133), ressalta que o pequeno agricultor tem três alternativas para comercializar sua produção:

“comercializar sua produção com grupos oligopolizados onde os preços são fixados unilateralmente; comercializar via esquema tradicional – feiras, pequenos mercados, de casa em casa, onde o produtor tem poder na fixação final dos preços de seus produtos; e iniciar um processo novo, dentro da dinâmica da comercialização direta com o grupo de trabalhadores urbanos organizados, onde juntos definem as regras”.

O relatório da FAO sobre reforma agrária, revela que há uma perda de 58,7 % (cinquenta e oito vírgula sete por cento) na comercialização nos assentamentos rurais em relação aos preços médios pagos pelo consumidor final de seus produtos (Zamberlam, 1994).

Este fato recai, principalmente sobre a falta de uma estratégia de comercialização, onde a produção seja transferida diretamente para o consumidor, evitando os vários agentes mercantis intermediários.

Em relação ao caso estudo, apesar de haver no assentamento três organizações formais, a comercialização da produção do assentamento dar-se geralmente pela própria família, sem uma organização coletiva e dependente de atravessadores e outros agentes mercantis. A Cooperativa e as Associações coordenam apenas a comercialização do látex produzido no assentamento, devido o mesmo não ter como ser vendido em pequena quantidade.

Dos vários produtos comercializados no assentamento os mais importantes são: o látex, a mandioca, o milho, o feijão e hortaliças em geral, demonstrando que a preocupação com o autoconsumo remete a necessidade da produção de culturas anuais ou de subsistência. Entretanto, o pouco tempo relativo dos sistemas de produção também podem explicar a predominância de culturas anuais, havendo ainda um certo período para a consolidação de tais sistemas, que incluem vários tipos de culturas perenes e semi-perenes.

A mandioca é um produto dotado de utilidades diversas para a economia regional. Porém, além do uso *in natura* na alimentação humana ou animal, o processamento da raiz de mandioca é quase que exclusivo para a produção da farinha de mandioca (Cardoso, 2000).

A maioria dos estudos realizados no Nordeste Paraense revela que, a farinha de mandioca é o produto principal da economia familiar (Costa, 1995; Inhetvin et al, 1999).

A comercialização da mandioca no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho envolve estratégias diversas que estão relacionadas ao conhecimento acumulado de cada agricultor em relação ao mercado.

Existem dois tipos de agricultores que cultivam a mandioca: o primeiro caracteriza-se por dispor de uma condição financeira desfavorável, muitas vezes relacionada com a baixa quantidade de mão-de-obra disponível em seu núcleo familiar ou ainda com as poucas relações sociais constituídas, no sentido da produção agrícola. Normalmente não possui *casa de farinha* nem recursos para transportar sua produção para os centros de comercialização (Castanhal e Belém). Vendem sua produção no assentamento, geralmente *na folha* ou em caixa, pois desta forma, poupam mão-de-obra e capitalizam-se para um futuro plantio. Utilizam a *conga* para fazerem farinha para o consumo da família, nunca vendendo todo o roçado, deixando uma reserva, que é calculada de acordo com a unidade de consumo familiar.

Os outros tipos de agricultores caracterizam-se por disporem de um certo capital, acumulado durante o período de permanência no assentamento ou anteriormente a este. Normalmente possuem uma unidade de produção elevada ou pertencem a redes de relações sociais que garante um roçado para o consumo e para venda no mercado. Estas redes são movimentadas através de assalariamentos temporários ou relações de compadrio e parentesco. Costumam possuir *casa de farinha* própria, o que facilita o processo de beneficiamento da mandioca. Geralmente compram parte da produção de outros assentados ou pegam esta produção *de meia*, para conseguirem acumular uma quantidade maior de sacos de farinha, fato que melhora a relação de venda, tanto dentro do assentamento quanto nos centros de comercialização.

Existem ainda agricultores que investem na cultura da macaxeira³⁹, que tem alcançado um bom preço no mercado, superando o da mandioca. O processo de comercialização da

³⁹ Para os agricultores a macaxeira e um outro tipo de cultura, no entanto, cientificamente corresponde a um tipo de mandioca, diferindo pela quantidade de ácido cianídrico encontrado na raiz. Muitos agricultores diferenciam estas variedades chamando para mandioca de “mandioca braba” e para a macaxeira de “mandioca mansa”.

macaxeira é realizado normalmente no assentamento, onde o agente mercantil compra por caixa. A macaxeira não é beneficiada como a mandioca, sendo consumida cozida ou através de várias receitas feitas a partir de sua massa triturada.

A comercialização de látex dar-se através das entidades formais dos assentados. No início da constituição do assentamento a COOLIVRE era responsável em comercializar toda a produção. Após a criação da APRUCOM, parte dos agricultores passou a entregar sua produção para a associação. Hoje, as três entidades comercializam o látex. Um fato interessante dentro deste contexto diz respeito a maneira como os agricultores tratam esta questão. Pois, quando conversava com um agricultor que extrai o látex, associado à APRUCOM, o mesmo informou-me que a entrega do látex para a comercialização independe da condição de ser associado ou não, podendo entregar em qualquer entidade. O que realmente está em jogo são as relações sociais constituídas entre as lideranças das entidades e seus associados.

Os demais produtos são comercializados no próprio assentamento vendidos à atravessadores ou são levados para Castanhal para serem vendidos nas diversas feiras existentes no Município.

CONCLUSÃO

O caso estudado remete a percepção de um operariado rural de matriz camponesa, que se identifica com a terra onde trabalha, por ter feito parte da construção daquele território durante mais de sete décadas. Este legado trouxe-lhes não apenas a busca por um reconhecimento social e político, através de sua organização coletiva. Mas, apego sentimental, o que lhes garante direito em ocupar a terra e reivindicá-la para si, por ter construída ao longo de sua história.

Pessoa (1999) relata ao estudar camponeses ocupantes de terra em Goiás que através da identificação destes agricultores com um projeto político-social e econômico, para si próprios e seus familiares, estes passaram de uma utopia a um projeto concretos de vida no campo.

Um fato observado em vários estudos sobre assentamentos rurais (Pessoa, 1999; Zimmermann, 1994; D'Incao & Roy, 1994) é a diversidade marcada pela história social de cada grupo familiar, suas trajetórias enquanto seres sociais, suas redes de relações construídas, dando-lhes um certo ar de romantismo sobre estes grupos, através da visão de um comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais.

Estas tensões podem ocorrer tanto no plano micro, do cotidiano das familiares assentadas, como no plano da representação destes por grupos sociais organizados.

A busca pela consolidação de uma representatividade política e social no plano municipal e regional, ocasionou uma certa tensão entre os diversos grupos formados no assentamento, proporcionando novos reordenamentos sociais, que no entanto, nem sempre executam práticas diferenciadas dos anteriores.

O sindicalismo rural deste Município fundou-se numa perspectiva de controle, realizado pelo Estado, impondo-lhe uma dinâmica clientelística, que através de relações personalizadas, constituía um importante instrumento de freio na organização política dos trabalhadores rurais daquela região. Contudo, a partir do final da década de 70, acompanhando um movimento nacional de democratização do país, os trabalhadores assumem o sindicato, transformando-o no principal agente de representação político-social da região. Os agricultores do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, são parte fundamental desta mudança no sindicalismo municipal, pois através das constantes campanhas salariais, reivindicações de melhores qualidades de trabalho, greves junto a Paracrevea, construiu-se uma consciência coletiva, culminando na ocupação da Empresa em 1996.

Um aspecto relevante neste processo é a conformação de um agricultor que luta coletivamente, através da ocupação de terras, prédios públicos, de baixo da lona preta, sem perder suas características de trabalhador rural vivida no cotidiano. Este agricultor de matriz camponesa (Guerra, 2001), que divide as tarefas diárias e fundamentalmente o produto deste trabalho com sua família.

Do ponto de vista da organização deste trabalho, percebeu-se uma profunda diversidade da forma de realização das atividades agrícolas entre os assentados, comum na agricultura familiar (Teófilo Filho, 1994). Esta diversidade esta em função das possibilidades de ordenamentos dos seus sistemas de produção, que variam devido as relações sociais construídas, o acúmulo de capital ou não pelos agricultores e fundamentalmente pelo conhecimento simbólico sobre determinadas atividades desenvolvidas no assentamento. Isto pôde ser observado com os seringueiros, que por dominarem um conhecimento sobre a exploração do látex, conseguem ter uma reprodução social e econômica mensal.

Com relação ao ordenamento dos sistemas de produção, notou-se que a roça, juntamente com o seringal, são as principais atividades econômicas realizadas pelos agricultores, porém a

roça, por atingir um número maior de assentados que a desenvolvem, servindo até de identificação social, cumpre um papel fundamental na reprodução dos grupos familiares daquele assentamento.

A comercialização dos produtos está marcada pelas relações personalizadas entre os assentados e os agentes mercantis, e entre os próprios assentados, formando-se uma rede complexa e dinâmica, proporcionando o surgimento de uma diferenciação social, econômica e simbólica, remodelando e redefinindo, de forma mutável a organização interna do assentamento.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma Agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. IN: LEAL, Laurindo (org.). **Reforma Agrária da Nova República**: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

ALBALADEJO, C. & VEIGA, Iran. Introdução: a intervenção local em questão. IN: ALBALADEJO, C. & VEIGA, Iran (Orgs). **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/C.A./NEAF, 2000.

ANDRADE, J. A. Carvalho de; Albuquerque, Manoel J.; Menezes, Conceição R. de. **Lumiar**: projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho. São Francisco do Pará: INCRA/POEMAR, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Luta pela terra e modernização da agricultura**. 13 (2), jul/dez. CEAS, 1997.

ARAÚJO, Roberto & SCHIAVONI, Gabriela. **A ilusão genealógica**: parentesco e localidade na fronteira agrária da Amazônia. NEAF/C.A./UFPA, s/d (no prelo).

BAUER, Carlos. **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros**: a hegemonia vermelha. Vol. II. São Paulo: Pulsar, 1995.

BERGAMASCO, Sônia. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Parirus, 1996.

CARDOSO, Antônio (Coord.). **Plano de desenvolvimento do assentamento Cristal – Santa Luzia do Pará**. Belém: INCRA/FADESP/UFPA, 2000.

CARDOSO, Antônio (Coord.). **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento João Batista- Castanhal/PA**. Belém: INCRA/FADESP/ UFPA, 2001.

CARVALHO, David Ferreira de. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1984 (Tese Mestrado).

CARVALHO, Horácio M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 1999. Disponível em <http://www.daterra.org.br>. Acesso em 15 de março de 2001.

CARVALHO, Horácio M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

CARVALHO, Vania Regina Vieira de. **Relações produção camponesa – a racionalidade na divisão do trabalho da pequena produção agrícola com base no trabalho familiar no município de Capitão Poço, zona Bragantina paraense**. (Projeto de pesquisa). Belém: NAEA/UFPA, 1994.

CASTALLANET, C. ; HÉBETTE, J.; HENCHEN, M. J. Os níveis pertinentes para pesquisa-ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da Transamazônica. IN: ALBALADEJO, C. & VEIGA, Iran (Orgs). **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/C.A./NEAF, 2000.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

CASTRO, Márcio H. M. A mensuração da renda nos assentamentos rurais: contribuição ao debate. IN: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (Orgs). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

CASTRO, Márcio H.; CARVALHO, Mônica E.; OTÁVIO, Luciano. **Reforma Agrária: um estudo preliminar**. Reforma Agrária, nº 18, 1, abr./jul.Campinas,1988.

CAUME, David José. **“Assentamento 16 de março”**: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. No prelo.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. IN: SILVA, José Graziano da & STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONCEIÇÃO, Maria de F. C. da. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. Campinas: UNICAMP, 1990. (Dissertação de Mestrado).

CONCEIÇÃO, Maria de F. C. da. Projetos de colonização: as grandes questões. IN: IBAMA. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental – temas básicos**. Brasília: IBAMA, 1994.

COSTA, F. de Assis. **Agricultura familiar em transformação na Amazônia: o caso de Capitão Poço e suas implicações para a política e planejamento agrícolas regionais**. Belém: UFPA/NAEA, 1995.

COSTA, F. de Assis. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-especial no estado do Pará. IN: TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (Orgs). **Campesinato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000b.

COSTA, F. de Assis. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. IN: TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (Orgs). **Campesinato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000a.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: UFPA, 1992. (Série Estudos SEPEQ, 1).

D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gérard. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DA SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. **A zona Bragantina no estado do Pará**. Revista Brasileira de Geografia n° 23 (3), 1961.

FASE/Projeto Lumiar. **Diagnóstico da agricultura familiar no projeto de assentamento Cidapar**. Capanema: FASE/INCRA, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 25 de setembro de 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Que Reforma Agrária?**. FCT/UNESP, 1998. Disponível em < <http://www.cpp.inf.br> > (seção desenvolvimento rural/banco de dados). Acesso em 13 de janeiro de 2002.

FERRANTE, Vera L. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

FERRANTE, Vera Lúcia B. **A aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais**. In: Universidade e Sociedade, ano 2, n. 4, dez. 1992.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. IN: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

FIRTH, Raymond. **Elementos de organização Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FLORENTINO, Laurence Granchamp. Localidade fragmentada e novo vínculo social local: uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica (região de Altamira-PA). IN: ALBALADEJO, C. & VEIGA, Iran (Orgs.). **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/C.A./NEAF, 2000.

FRANCO, Marina P. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. IN: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. IN: STÉDILE, João Pedro (Coord). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GUANZIROLI, Carlos Enrique & CARDIN, Silvia Elizabeth de C. S. (coords.). **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 2000.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz & MARIN, R. E. A. **Das Associações de Lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais: o caso do Pará**. Salvador: Caderno do CEAS n°126, 1990.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz. **Sindicatos Patronais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no estado do Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 16p.

GUIMARÃES, Juarez.. **Os sem-terra e a democracia**. Disponível em <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 13 de novembro de 2000.

HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. IN: HÉBETTE, Jean. (Org). **O cerco esta se fechando**. Petrópolis: FASE-VOZES-NAEA/UFPA, 1991.

HEREDIA, Beatriz Alasia de & GARCIA JR, Afrânio R. **Trabalho familiar e camponato**. Rio de Janeiro: UFF, s/d. (mimeo).

HEREDIA, Beatriz M. A de; GARCIA, Marie F.; GARCIA Jr., A. R. O lugar da mulher em unidade doméstica camponesas. IN: **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes,1984.

HOMMA, Alfredo Kingo O. **Meio ambiente e desenvolvimento agrícola na Amazônia**. XXXIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2000.

IAAM/CERIS. **Relatório de Atividades de Campo: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de Comunidades Rurais Amazônicas**. Castanhal, 2000. (Projeto N° 012/2000-MIS).

IBGE. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 04 de outubro de 2000.

IDESP. **Estatística do município de São Francisco do Pará**. Belém: IDESP, 1996.

INCRA. **Demonstrativo dos projetos de assentamento criados até 1998**. Belém: INCRA/PA, 1998.

INHETVIN, T.GUIMARÃES, L.A.; LOBO, G.; GOMES, D. A. **Diagnóstico de mercado e comercialização de produtos da agricultura familiar no município de Capanema-PA.** Belém: UFPA/CPT, 1999.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Laemment, 1968.

KITAMURA, P. C. ; HOMMA, A.K. O.; FLOHRSCHUTZ, G. H. H.; SANTOS, I. M. dos. **A pequena agricultura no Nordeste Paraense.** Belém: Embrapa – CPATU, 1983.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional.** São Paulo:UNICAMP, 1994.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo & SABOURIN, Eric. **Representação e construção da ação coletiva nos sindicatos rurais.** Foz do Iguaçu: 37º Congresso da SOBER, 1999.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. IN: SISNANDO LEITE, Pedro et al. (Orgs). **Reforma Agrária e desenvolvimento Rural.** Brasília, Paralelo 15/ Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

LEITE, Sérgio. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984 – 1989). IN: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: EDUNESP, 1994.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEROY, Jean-Pierre. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. IN: HÉBETTE, Jean & NAVEGANTES, Raul (Orgs). **CAT – ano décimo: etnografia de uma utopia.** Belém: UFPA (CAT), 2000.

MAARA/INCRA. **Plano preliminar:** Projeto de Assentamento Luiz Lopes Sobrinho. Belém: INCRA/PA, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MARX, K. **O capital:** o processo de produção do capital. Livro 1, v.1. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

MDA/INCRA. **Relatório de atividades do INCRA – 30 anos**. Brasília: MDA/INCRA, 2001.

MEDEIROS, L. Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: [http://www. Daterra.org.com.br](http://www.Daterra.org.com.br). Acesso em 12 de janeiro de 2002.

MEDEIROS, Leonilde & ESTERCI, Neide. Introdução. IN: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. de & LEITE, Sérgio **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro: CPDA/Debates, dez., 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de & LEITE, Sérgio. **Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região**. Disponível em <http://www.daterra.org.br>. Acesso em 16 de julho de 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Os impactos dos projetos financiados pelo FNO-especial nos sistemas de produção familiar do estado do Pará. IN: TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (Orgs). **Campesinato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Anpocs, 1988.

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: interconexões sociais**. Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe: Agricultura Familiar em debate. Aracaju: Embrapa, 1997b.

NEVES, Delma P. **Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. IN: FERREIRA, Angela D. & BRANDEMBURG, Alfio (org). **Outra agricultura**. Curitiba: UFP, 1997a (no prelo).

NOBRE, M; SILIPRANDI, E.; MENASCHE, R. (Orgs). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. IN: NOBRE, M; SILIPRANDI, E.; MENASCHE, R.(Orgs:) **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo:Sof,1998..

OLIVEIRA, Ariolaldo U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. IN: STÉDILE, João Pedro (Coord). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, ROSA DE SOUZA. TDI DE ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA: RELATÓRIO FINAL DE FUNCIONAMENTO DE UM ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA NA LOCALIDADE DE TAMATATEUA (BRAGANÇA- PARÁ). **BELÉM: DAZ/NEAF/UFPA, 2000.**

PASCOALOTTO, D. & HACKBART, R. **O sindicalismo rural está em crise**. Curitiba, 1989.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Vol. 1. Belém: UFPA, 1967.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PINHEIRO, Eurico; SILVA, Hércules M. e; VIÉGAS, Ismael de J. M.; VALENTE, Moacir A. **Avaliação agrotécnica dos seringais Marathon, São Francisco e Santana, situados no município de São Francisco do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. (Relatório Técnico).

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (Orgs). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHERER-WARRER. Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.

SILVA, Flávia Adriane Oliveira da. **Organização da produção e o processo de diferenciação sócio - econômica nos assentamentos "Rio Branco, Palmares e Palmares Sul"- Sudeste do Pará**. Belém: CFCH/UFPA, 2000. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVA, Tânia Paula da. A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. Disponível em <http://www.daterra.org.com.br>. Acesso em 18 de agosto de 2001.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST**. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 1999. (Tese de doutoramento).

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, B. Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TEOFILO FILHO, F. Edson. A organização da produção: subordinação ou autogestão ? IN: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (Orgs). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

TRECCANI, Girolando Domenico. **Violência e glilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária**. Florianópolis: UFSC, sd.

VASCONCELOS, Marcelo Augusto Machado (Coord.). **Diagnóstico para o plano de desenvolvimento sustentável da paragonorte-2000 – 2005**. Belém: INCRA/FANEP, 2000.

VEIGA, Iran & ALBALADEJO, Christophe. **Formação do território a nível local na Amazônia Oriental e a emergência da ação coletiva: análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá**. Belém: NEAF/C.A./UFPA, s/d. (no prelo).

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agrorreformismo . IN: STÉDILE, João Pedro (Coord). **A questão Agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIEIRA, M. do P. de Araújo et al. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1991.

WANDERLEY, Maria de N B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe: Agricultura Familiar em debate. Aracaju: Embrapa, 1997..

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

ZAMBERLAM, Jurandir. Produção e comercialização nos assentamentos rurais: questões para o debate. IN: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (Orgs). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. IN: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.